



-----ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA-----

----- Mandato 2025-2029 -----

---SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E SEIS -----

----- ATA NÚMERO TRÊS -----

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, pelas dezanove horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Marvila, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Teresa Isabel Pina, coadjuvada por Maria Libânia Rendeiro e Maria Custódia Martins Pires André, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

I - Período de Intervenção de Público

II - Período de Antes da Ordem do Dia

III - Período da Ordem do Dia

Ponto 1 – Eleição do Membro da Assembleia de Freguesia para a Comissão Alargada da CPCJ Lisboa Oriental. -----

Ponto 2 - Votação das referidas Comissões: -----

2.1. Comissão Eventual-Regimento da Assembleia de Freguesia;

2.2. Comissão Permanente-Habitação, Desenvolvimento Social e Saúde;

2.3. Comissão Permanente-Espaços Verdes, Higiene Urbana e Espaço Público;

2.4. Comissão Permanente - Direitos Sociais e Humanos, Educação e Juventude;

2.5. Comissão Permanente - Associativismo, Desporto e Cultura;

Ponto 3 – Informação Escrita do Presidente relativa ao período de dezembro de dois mil e vinte e cinco a março de dois mil e vinte e seis-Deliberação n.º 339/2026, da junta de freguesia. -----

Ponto 4 - Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da Freguesia à data de trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco-Deliberação n.º 330/2026, da junta de freguesia; -----

Ponto 5 - Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas referentes ao ano de dois mil e vinte e cinco -Deliberações n.ºs 331/2026 e 340/2026, da junta de freguesia: -----

- Relatório de atividades;
- Relatório de gestão;
- Conta de gerência.

Ponto 6 - Apresentação, Discussão e Votação da 1ª Alteração modificativa do Orçamento da freguesia de Marvila de dois mil e vinte e seis -Deliberação n.º 332/2026 da junta de freguesia; -----

Ponto 7 - Apresentação e Votação do Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e vinte e seis – Deliberação n.º 329/2026 da junta de freguesia; -----

Ponto 8 - Submissão da Autorização para a Repartição de Encargos Plurianuais para os anos económicos de dois mil e vinte e seis, dois mil e vinte



e sete, dois mil e vinte e oito e dois mil e vinte e nove e a emissão de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos no âmbito da abertura de um procedimento de consulta prévia para a aquisição de serviços de Telecomunicações para a junta de freguesia-Deliberação nº 337/2026 da junta de freguesia; -----

Ponto 9 - Apresentação, discussão e votação quanto à autorização para a celebração dos protocolos de colaboração com as seguintes entidades: -----

9.1. Protocolo de colaboração a celebrar com a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, para a criação e funcionamento de um Gabinete de Apoio à Vítima, destinado a todas as pessoas que procurem apoio ou informação relativamente à violência doméstica-Proposta nº 318/2026 da junta de freguesia;

9.2. Protocolo de colaboração a celebrar com o Clube Futebol de Chelas para o ano de dois mil e vinte e seis -Proposta n.º 336/2026, da junta de freguesia;

Ponto 10 - Apresentação, discussão e votação quanto à autorização para a celebração do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo com a Associação de Atletismo de Lisboa, para o ano de dois mil e vinte e seis e aprovação da respetiva minuta - Proposta n.º 335/2026, da junta de freguesia. Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes eleitos: -----

DO PARTIDO SOCIALISTA (PS) – Maria Custódia Martins Pires André, Maria Libânia Fernandes Rendeiro, Acácio Monteiro Gonçalves, Luís Filipe Nunes Boaventura de Figueiredo, e Mafalda Sofia Fernandes Correia. -----

DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP) – José António dos Santos Martins. -----

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD) – Luís André Fernandes Castro. -----

DO CHEGA (CH) – Luís Filipe dos Santos Silva, Nuno Jorge Oliveira de Sousa, Marco Bruno Borges Soares Dias e Gustavo Alexandre Pires Aires. -----

DO CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL-PARTIDO POPULAR (CDS-PP) – João António Almeida Petronilho Marrana e Pedro Pinto Monteiro. -----

DO BLOCO DE ESQUERDA (BE) – Maria Romana Moreira Pedro Sousa. -----

Apresentaram pedidos de substituição, que foram apreciados e aceites pelo Plenário da Assembleia de Freguesia nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, os seguintes eleitos: -----

Maria Hermínia Duarte Ferreira (PS), por uma reunião de Assembleia, tendo sido substituída por Jerónimo Teixeira Magina-----

Tiago Filipe Cardoso Gonçalves (PCP), por uma reunião da Assembleia, tendo sido substituído por Sara Canavezes. -----

Ivone Maria Bolota Guerra (CH), por uma reunião de Assembleia, tendo sido substituída por Maria Inês Morgado Henriques. -----

Estiveram ainda presentes na reunião os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia de Marvila: -----

O Presidente em exercício, Joaquim Cerqueira Brito e os Vogais, Isaura Almeida Gonçalves Martinho, Maria Hermínia Morais Ventura Cintra, Susana Maria da Costa Guimarães, Pedro Henrique Soares de Sousa e César Gama Laranjo Ferreira. -----



Às dezanove horas e trinta minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia declarou aberta a presente reunião ordinária, começando por passar a palavra ao primeiro membro do público inscrito, o Senhor Manuel de Jesus Saraiva, que, no uso da palavra, apresentou-se ao plenário iniciando a intervenção recordando que, à semelhança das anteriores, escreve, porque é a melhor maneira de pensar com rigor, na escolha das palavras adequadas, evitando assim quaisquer expressões mais sentidas, que pudessem dificultar a interpretação, ao falar de improviso. Pediu permissão para recordar as palavras proferidas no dia de anteontem pelo Senhor Presidente da República: *"se queremos uma política melhor, não é afastando-nos da política que ajudamos"*, afirmando ser por isso mesmo que se apresentou nesta Assembleia pois acredita que a Assembleia de Freguesia deve ser um local integrador, onde a conversa resolve problemas, como muito bem foi afirmado pelo o Senhor Presidente da Junta no passado dia vinte e três e onde o respeito pelas diferentes opiniões, mesmo quando não se concorda com elas, é regra. Disse também que, contudo, para que o cidadão não se afaste da política, as instituições de proximidade não podem criar muros onde deveriam existir pontes salientando que ameaçar não é solução tal como não saber ouvir também não é solução. -----

Desabafou que se sentiu triste na última assembleia e salientou que as suas participações em assembleias de freguesia já têm muito mais de vinte anos, dizendo que, infelizmente, a sua experiência recente contradiz o espírito de abertura que se espera desta assembleia de freguesia. -----

Informou que, a três de fevereiro, num gesto de cidadania e de respeito institucional, solicitou à Presidente da Assembleia os contactos dos representantes dos partidos aqui representados, para poder exercer o seu direito de diálogo. Disse também que a resposta, enviada a cinco de fevereiro a mesma invocou o RGPD para negar o acesso, prometendo, contudo, consultar os líderes das bancadas para solicitar a sua permissão. -----

Disse que, até ao dia presente, não obteve resposta. Informou ainda que a dez de fevereiro, perante a recusa, entregou em mãos na Junta de freguesia cartas individuais para cada partido. No dia quatro de março, quando veio buscar o protocolo de receção, tomou conhecimento que as cartas tinham sido retidas pela Presidente da Assembleia, sem nunca chegarem aos destinatários, nem lhe ter sido dada qualquer nota sobre o referido assunto. Informou que, quando soube da Assembleia, inscreveu de imediato por e-mail para falar neste dia. -----

Disse ter recebido a confirmação da inscrição, mas que lhe foi solicitado chegar trinta minutos antes o que fez, quando a isso não era obrigado. -----

Salientou que, o Regimento é claro: a inscrição faz-se *"até à hora marcada para o início da reunião"* (artigo 72º, parágrafo 4) considerando que criar exigências burocráticas que o Regimento não prevê é, na prática, dificultar a participação de quem trabalha e de quem vive Marvila. -----

Concluiu que o livre arbítrio, mesmo que bem-intencionado, não pode ser a norma e disse esperar que o próximo Regimento, que a assembleia se propõe aprovar, traga consigo normas consensuais de interação, forjadas em ambiente de tolerância e de respeito mútuo. Disse que a indiferença perante



o cidadão é uma forma de irresponsabilidade política. Disse ter verificado que existe um formulário de contacto no novo site da Junta e que, se tivesse sido do seu conhecimento evitaria este tipo de constrangimentos, facilitando a comunicação que, a bem da verdade, sempre aconteceu nesta junta e que sempre que solicitou qualquer documento ou esclarecimento sempre teve resposta, que fez sempre questão de agradecer a quem a facultou não querendo acreditar que haja uma tentativa deliberada de dificultar o acesso dos cidadãos a este órgão, e no respeito que tem pelo Senhor Presidente da Junta que, reconhecidamente, mantém a porta aberta e o telefone disponível e também por todos os eleitos em geral, conforme já tinha dado nota em intervenção anterior, disse querer deixar duas perguntas diretas a todos os grupos representados na assembleia: -----

Questionou se é verdade que os partidos não autorizam a divulgação de um endereço eletrónico para que os eleitores falem diretamente com os mesmos e se é verdade que preferem o isolamento ao contacto com o cidadão. -----

Disse que “Há palavras que custam a dizer, mas quando estão em causa valores essenciais, o silêncio é ainda mais penalizador” e que foi por isso que não se calou. -----

Disse que o silêncio da Presidente da Assembleia e o silêncio imposto aos contactos dos partidos não servem Marvila, como não servem a democracia, que todos afirmam defender. Apelou a que esta Assembleia volte a ser o que o seu nome indica: um local de assembleia, de reunião e de transparência. Chamou à atenção dos ensinamentos que nos chegaram da Grécia Antiga com cerca de dois mil e quinhentos anos: a Ekklesia (Assembleia) não era apenas uma reunião de burocratas, mas o espaço onde o cidadão comum se tornava igual aos governantes através da palavra (alegoria) e na qual o debate abria com uma pergunta: quem deseja falar? Não existiam filtros como aqueles que, segundo lhe parece, aparentemente, querem impor. -----

Terminou desejando um bom trabalho e uma proveitosa sessão pois os assuntos a discutir são demasiado importantes para a freguesia e para a vida dos cidadãos que nela vivem, trabalham e estudam -----

A Presidente da Assembleia informou os presentes que a assembleia está a ser transmitida pelo YouTube e no site da Junta de Freguesia. Disse que a gravação, após esta sessão, será imediatamente retirada de todos os órgãos de comunicação e que no final explicaria a situação no final. -----

De seguida a Presidente da Assembleia chamou a freguesa, Senhora Isabel Quaresma que, no uso da palavra, saudando os presentes disse vir a esta assembleia dar voz a um descontentamento que não é só seu, mas de muitos moradores da freguesia de Marvila, em particular da população mais idosa. Disse trazer uma preocupação social, uma questão de justiça e, acima de tudo, de respeito por uma geração que construiu a freguesia que hoje todos usufruem. Falou da organização do tradicional passeio mistério, destinado à terceira idade dizendo ser uma iniciativa que ao longo dos anos tem tido um impacto extremamente positivo na vida de muitos séniores. Salientou que, para muitos deles, este passeio não é apenas um momento de lazer, mas uma das raras oportunidades de convívio, de sair de casa e de quebrar o isolamento. -----



Disse que, em anos anteriores esta iniciativa contou, em cada ano, com cerca de vinte camionetes permitindo que um número significativo de idosos pudesse participar. Este ano, disse ter ficado surpreendida por haver apenas oito camionetes, considerando que foi uma redução drástica, cerca de menos sessenta por cento que nos outros anos. -----

Salientou então que, este ano, aquilo que era considerado positivo transformou-se numa fonte de frustração e tristeza. Salientou que não está a falar de números e sim de pessoas. Pessoas que se iam inscrever com esperança e que agora ficaram de fora. Afirmou que essas pessoas, que contam os dias para este momento, este ano ficarão em casa. Afirmou ainda que muitas destas pessoas são sozinhas, isoladas e para quem este passeio representa mais do que um dia de diversão, representa companhia, dignidade e atenção. -----

Declarou que os idosos de Marvila merecem mais do que ficar numa lista de espera, merecem atenção, consideração e oportunidades iguais de participação. -----

Disse que governar é escolher e quando se escolhe reduzir uma iniciativa com este impacto social, está-se também a escolher quem fica para trás. Reiterou que, uma freguesia com uma elevada percentagem de eleitores com mais de sessenta anos, é difícil compreender uma redução desta dimensão, numa iniciativa que precisamente serve a esta população. Questionou por isso quais os critérios que levaram a esta decisão, se foram constrangimentos orçamentais, se foram equacionadas alternativas, se foi considerado e ponderado o impacto social desta redução, que mensagens se está a passar aos idosos de Marvila e qual o lugar que eles ocupam nas políticas desta freguesia. Salientou ainda que, mais do que uma questão logística, estamos a falar de inclusão, de dignidade e de respeito por quem tanto já contribuiu para a nossa comunidade, porque cuidar dos nossos idosos não é um favor, é um dever e uma freguesia que não cuida dos seus mais velhos está, no fundo, a falhar consigo própria. Posto isto, apelou à junta, na pessoa do Sr. Presidente, que reconsidere esta decisão, que procure soluções, que encontre alternativas, mais datas, mais meios, mais criatividade política. -----

De seguida, expressou igualmente o seu descontentamento relativamente à forma como foram organizadas e divulgadas as comemorações do Dia da Liberdade, dia de vinte e cinco de abril na freguesia de Marvila. Disse ainda tratar-se de uma data da maior importância para a nossa democracia e que merece ser celebrada com dignidade, participação e envolvimento da população. Em particular, destacou a homenagem ao capitão de abril, Salgueiro Maia, através do depósito de uma coroa de flores junto ao seu busto que sendo uma figura central deste momento histórico, considerou que esta homenagem devia ter tido uma divulgação clara, atempada e eficaz, o que não se verificou. A ausência de comunicação adequada fez, a seu ver, com que grande parte da população não tivesse conhecimento da iniciativa, o que resultou numa fraca ou inexistente participação popular. Terminou sublinhando que o 25 de abril deve ser celebrado com o envolvimento de todos, e que a memória coletiva se constrói com participação e essa participação só é possível quando há informação acessível e atempada. -----



Depois, a Presidente da Assembleia de Freguesia passou a palavra ao Senhor José Carlos Pereira que, no uso da palavra, informou que morava no lote vinte e dois no bairro ao lado da sede da junta e que vinha falar sobre o estacionamento perto do seu lote. Disse que não entra uma ambulância ali naquele estacionamento, pois foram colocados pilaretes perto da Cooperativa Marvilense e, dada a dificuldade de realizar manobras, se um carro bater, de quem é a responsabilidade. -----

Declarou que só se pode pôr na via pública pilaretes móveis. Disse já ter comunicado para a junta a falta de estacionamento. Também em relação ao ringue, disse que o mesmo está toda a noite aberto e nesta zona vivem pessoas de idade e com problemas de saúde. Salientou que aqui na junta prometeram que ele seria fechado e que alguém o fecharia. Disse que os moradores do Lote F poderiam ficar com uma cópia da chave, ficando responsáveis por encerrar o espaço às vinte e três horas e abri-lo às sete horas. Também disse que os moradores solicitavam a redução de luz à volta do ringue pedindo esse encaminhamento para a Câmara Municipal de Lisboa. -----

A Presidente da Assembleia chamou a seguir o Senhor Adriano Almeida que, no uso da palavra, disse querer vir falar aos autarcas de Marvila para poder deixar algumas recomendações. Lembrou aquilo que se vai passando no dia a dia. Ao domingo, diz ser interpelado por muita gente sobre as carreiras do bairro. A seu ver, estas carreiras não são para servir as pessoas porque aos sábados, domingos e feriados não funcionam e, assim, solicitou ao executivo para tentar fazer algo para contrariar esta situação. Falou ainda dos acessos à Feira do Relógio para pessoas com mobilidade reduzida, dizendo ser necessário construir alguns acessos de rampas e, "Z". Chamou também a atenção para os espaços verdes da freguesia que muitos estão descuidados e não estão em condições. Salientando que a junta deveria fazer pressão com a Câmara Municipal de Lisboa para trabalhar a sério nestes espaços. -----

De seguida, a Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor João Albuquerque que, no uso da palavra, saudando os presentes, disse que as condições de vida de Marvila, da larga maioria da população continuam a agravar-se em consequência das opções das políticas municipais e dos vários governos. Disse ser um quadro inaceitável e, em muitas vertentes, desumano e que requer o reforço da intervenção da população, da freguesia e do conjunto das suas organizações sociais e associativas. -----

Informou ainda que a Comissão de Moradores de Marvila e a Comissão de Utentes de Saúde de Marvila têm desenvolvido uma significativa ação ampla e integrada para se conquistar as respostas de que Marvila carece para ter o direito que merece a uma vida digna. Salientou que este trabalho tem nas suas múltiplas formas de intervenção assumido uma plena convergência de objetivos e reivindicações. -----

Veio informar a assembleia que desta realidade largamente verificada decorreu a opção de unificar as estruturas e a intervenção da Comissão de Moradores de Marvila e da Comissão de Utentes de Saúde, dando lugar à Constituição da Comissão de Moradores e Utentes de Marvila (CMUM). -----

Acrescentou que a Comissão de Moradores de Marvila e a Comissão de Moradores e Utentes de Marvila nasceram em dois mil e vinte e dois perante o



silêncio e o esquecimento a que Marvila parecia votada. Disse que se tem ouvido em diversos órgãos institucionais, questionamentos sobre a idoneidade ou a partidarização destas comissões salientando que estas são espaços abertos e democráticos e que desde a sua génese, praticamente todos os quadrantes políticos foram convidados a integrá-las. Disse estar presente hoje porque decidiram não ficar sentados à espera. Acrescentou que a ideologia desta Comissão é o bem-estar de quem vive em Marvila e salientou que, quem se quiser juntar tem as portas abertas e sabem onde os encontrar. Disse que Marvila não pode continuar adormecida, afirmando que na habitação se vive uma crise de dignidade, onde existem famílias que dormem com infiltrações, umidade e frio, que as obriga a escolher entre aquecer a casa ou pagar outras despesas essenciais devido à pobreza energética das suas habitações. Disse falar de idosos presos em suas casas porque o elevador não funciona há meses. Caixas de correio expostas à chuva, intercomunicadores avariados e portas que não fecham, comprometendo a segurança. Disse falar de famílias inteiras a viver em casas sobrelotadas, enquanto na porta ao lado a Câmara mantém centenas de habitações devolutas. Disse falar de betão e outros elementos construtivos que caem dos prédios e põem em risco quem passa ou de outros problemas estruturais. Disse falar também do abandono do espaço público, da falta de limpeza regular, da recolha do lixo insuficiente que degrada o ambiente nos nossos bairros e da ausência de manutenção dos espaços comuns e equipamentos públicos como parque infantis e equipamentos desportivos. Salientou que, como se não bastasse, também é dramática a situação de saúde. Disse existir um centro de saúde novo, que de início prometia diversas valências, como psicologia e medicina dentária, mas que nunca saíram do papel. Frisou ser esta a realidade, onde mais de metade dos utentes não têm médico de família e para conseguir uma consulta, os utentes chegam às 4 ou 5 da manhã, sujeitos ao frio, ao vento e à chuva, sem sequer poderem aceder à sala de espera para se sentarem e aquecerem, ou sequer ter acesso a uma casa de banho. Disse que a pessoas fazem este esforço porque sabem que, se chegam às 8 horas da manhã, já não têm vaga. Afirmou que esta realidade é indigna de um Estado de Direito. Informou que, também sobre esta situação, a Comissão não ficou parada: foram realizadas mais de dez tribunas públicas, cordões humanos com mais de duzentas pessoas e foi trazida à freguesia a comunicação social e deputados de diversos órgãos, incluindo a Assembleia da República, ao terreno. Afirmou que, neste momento, nem a Gebalis, nem a Câmara Municipal de Lisboa, nem o Ministério da Saúde, por via da Administração Regional de Saúde, Lisboa e Vale do Tejo, podem dizer que desconhecem a realidade pois o problema está identificado. Informou que, a Comissão de Moradores e Utentes de Marvila, como o nome indica, é constituída por gente que mora, trabalha e exige dignidade. Finalizando agradeceu ter sido escutado na assembleia. ----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia começou por esclarecer o Senhor Manuel Saraiva relativamente às questões colocadas à Assembleia, nomeadamente a si mesma, dizendo que, em relação às cartas deixadas na junta de freguesia foi remetido um e-mail para todas as forças políticas para se deslocarem à junta para virem buscar a carta considerando



que apenas uma pessoa a levantou e que todas as outras ficaram na junta. Relativamente aos contatos das forças políticas representadas na Assembleia, o mesmo já se encontra, no site da Junta, e assim sendo, está lá o acesso a comunicarem com as forças políticas. -----

Tendo respondido às questões colocadas à Mesa, a Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Junta em exercício, Senhor Joaquim Brito que, no uso da palavra, começou por agradecer a maneira como o Senhor Manuel Saraiva fez a sua intervenção, aberta e direta como é já o hábito do freguês ao longo dos anos. -----

Respondendo à Senhora Isabel Quaresma, o Senhor Presidente da Junta disse que não é fácil e que a Junta gostaria de levar muitos mais autocarros, mas é necessário fazer opções e o orçamento não consegue “esticar” e houve que se fazer algumas contensões. Informou também que além dos referidos oito autocarros (quatro mais quatro), vai haver mais quatro autocarros para séniores que vão para a Praia-Campo, como é habitual. Informou ainda que vai haver mais dez autocarros para a Praia- Campo das crianças (cinco mais cinco) e ainda mais dois autocarros para os jovens para também irem à praia. Salientou que, desta forma se tentou chegar a toda a gente e a todas as idades. Salientou que relativamente aos seniores da freguesia, a junta e o seu executivo têm muito respeito e não os esquece e afirmou que basta ver na área social, entre novembro e fim de março, se transportaram cerca de oitocentas e cinquenta e oito pessoas e também na Universidade Sénior a junta trabalha com cerca de duzentas e vinte pessoas. Informou que em breve, a junta vai levar cerca de cento e cinquenta séniores ao teatro Politeama onde se conta com três autocarros, demonstrando assim que os séniores não são esquecidos pela junta e o seu executivo tem é que fazer um equilíbrio para tentar chegar a todos. -----

Disse ainda que, se o orçamento o permitir e estiver numa situação confortável, em outubro poderá haver a possibilidade de realizar outro passeio. Agradeceu à Senhora Isabel Quaresma o empenho demonstrado pela freguesia dizendo saber que a mesma é uma pessoa muito interessada, uma pessoa que está sempre disponível para ajudar o próximo e que junto do grupo comunitário isso é visível e que veio dar voz à vontade de outros. -----

Respondendo ao Senhor José Carlos Pereira sobre o estacionamento, o Senhor Presidente da Junta disse que concordava com o freguês salientando que houve ali um problema na passada sexta-feira com o estacionamento. Salientou que a Junta não teve nada a ver com isso. Informou que teve o cuidado de falar com o Comandante, ao telefone de viva-voz, e que o mesmo lhe respondeu que iria verificar a situação. Informou ainda que, na mesma altura, falou com o arquiteto da mobilidade da Câmara Municipal de Lisboa, colocando a situação que estava a acontecer tentando com que a mesma fosse resolvida a contento de todos. Disse ainda que a proposta que a Junta fez foi que, a junta dos onze lugares que tem ali, vai passar a ter dois e o resto fica livre para quem quiser estacionar. Informou que a Junta está à espera da resposta da Câmara Municipal de Lisboa e que a Junta ficará com dois lugares ao pé do lugar para deficientes e os outros são para quem for à Junta ter lugar de estacionamento para poder ir resolver o que necessitar da Junta. Disse



ainda ter muito gosto em falar com o freguês sobre esta situação e outras. Relativamente ao campo de jogos que o freguês referiu, sobre o estar sempre aberto, que se iria pensar na solução e na proposta feita pelo freguês e que merece a com certeza a maior atenção. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Junta, no uso da palavra, passou a responder ao freguês Senhor Adriano Almeida, relativamente às carreiras de bairro, dizendo que a Junta está a tentar sensibilizar a carris para esta questão e que as carreiras de bairro possam funcionar aos fins de semana e que este transporte é uma mais-valia para os fregueses de Marvila e que lhes facilita em muito a sua vida. Relativamente às outras questões colocadas, disse que a Junta irá tentar resolver esses problemas indo analisá-los e ver qual será a solução. Disse ainda que existem algumas coisas que não dependem só da nossa boa vontade, mas que implicam outras entidades com as quais continuamos a fazer pressão com as mesmas para poder achar uma solução. Relativamente à Feira do Relógio e sobre a rampa de acesso, salientou que considera muito interessante a ideia do freguês e é uma boa ideia. Disse também que a Câmara Municipal de Lisboa, que é a responsável pela referida Feira, também se deveria debruçar sobre o assunto. Salientou que é do seu entendimento que a Câmara Municipal de Lisboa deveria começar a pensar em retirar a Feira do Relógio daquele local, uma vez que o hospital está em construção e tudo deveria ser pensado de outra forma. Agradeceu o empenho do freguês e, referindo a Quinta das Flores, disse que toda essa parte do terreno pertence à Câmara Municipal de Lisboa e, relativamente a isso e à iluminação, que também é deficiente. Disse ter falado com a Senhora Vereadora Joana Batista e ter chamado a atenção para estes problemas e que tudo se deverá encaminhar para os resolver. -----

Tentando de seguida responder ao Senhor João Albuquerque, o Senhor Presidente da Junta, disse estar a cem por cento de acordo com o freguês naquilo que este expôs ao plenário. Declarou que o freguês poderia contar com a Junta no trabalho que esta Comissão está a realizar. Disse que a Junta faz vários reforços e pressão com a Gebalis sobre os elevadores e habitações e também nas questões de saúde apresentadas. Voltou a salientar que está inteiramente do lado do freguês nestas questões e que a Junta estará sempre na linha da frente quando necessário para defender os interesses dos Marvilenses e os mais desfavorecidos quando for necessário. Agradeceu as palavras do freguês e a sua presença na Assembleia. -----

Tendo finalizado o período de intervenção do público, a Presidente da Assembleia passou ao Período Antes da Ordem do Dia – PAOD, -----

A Presidente da Assembleia, iniciando o PAOD, colocou à votação as Atas dizendo que as mesmas foram enviadas por e-mail a todos os eleitos para correção, salientando também que todas as correções apontadas foram corrigidas. Informou também o eleito da Iniciativa Liberal, o Senhor Gil Poiares, que os documentos se encontram juntos à Ata. Passou então à aprovação das Atas, informando que as iria colocar à votação da mais antiga para a mais recente. -----

Passada a votação, foi a Ata número um, realizada a vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e cinco aprovada por unanimidade. -----



Foi a Ata número dois, realizada a dois de fevereiro de vinte e seis aprovada por unanimidade. -----

Foi a Ata número dois, iniciada a dois de fevereiro de dois mil e vinte e seis e terminada a nove de fevereiro de dois mil e vinte e seis aprovada por unanimidade. -----

Continuando o PAOD, relativamente à Iniciativa Liberal e ao parecer jurídico apresentado, a Presidente da Assembleia disse julgar, ter respondido ao eleito por e-mail, questionando se este queria que lesse o parecer e a resposta dada ao que o Senhor Gil Poiares (IL) respondeu que o parecer jurídico ficaria sem efeito. -----

Passando aos documentos do PAOD, a Presidente da Assembleia passou a palavra ao senhor Luis Silva (CH) que, no uso da palavra, saudando os presentes, disse que a sua bancada apresenta uma recomendação tendo em vista a necessidade urgente de intervenções em diversas vias públicas da freguesia cujo estado de degradação se agravou de forma significativa no início do presente ano devido a condições meteorológicas adversas, nomeadamente chuvas intensas e persistentes que provocaram o aparecimento de buracos, abatimentos e irregularidades no pavimento. Enumerou alguns locais da freguesia onde, a seu ver, se compromete a segurança rodoviária dificultando a mobilidade dos peões e veículos e afeta o bem-estar dos moradores. Disse que as queixas de residentes e utilizadores têm aumentado sobretudo nas áreas de maior tráfego, onde o risco de acidentes e danos materiais é evidente. Disse ainda que embora haja algumas intervenções pontuais, a dimensão dos danos exige uma resposta estruturada e coordenada. Salientou que a Câmara Municipal de Lisboa tem realizado ações de manutenção noutras zonas da cidade, assim, considera que Marvila deve ser incluída de forma prioritária nas próximas fases de intervenção, tendo em conta o seu peso social, urbano e estratégico. Por isso recomenda que a Junta de Freguesia recomende à Câmara Municipal de Lisboa que realize uma avaliação técnica urgente do estado dos pavimentos da freguesia, identificando as vias com maior degradação, em especial aquelas que foram afetadas pelas intempéries verificadas no início do ano. que inclua Marvila nas próximas fases do Plano Municipal de Repavimentação, atribuindo prioridades às vias de maior circulação e que garantam acesso ao equipamento público, como escolas, centros de saúde, zonas de residências com elevada densidade populacional também. -----

Disse que a sua bancada tem uma proposta, passando a palavra ao seu colega de bancada, Senhor Nuno Sousa (CH), que no uso da palavra, disse que esta proposta visa aproximar as associações de moradores, escolas e coletividades, grupos locais, com o objetivo de promover a participação de moradores na freguesia, criar atividades interrelacionais, valorizar os jardins e os espaços verdes que em muitos bairros estão ao abandono. Frisou que é uma forma de pôr a população a tomar conta do que é seu. Disse que a presente proposta pretende contribuir para uma freguesia mais participativa, sustentável e unida, através do envolvimento direto dos moradores, escolas, associações locais, com ações simples, regulares e colaborativas. Considerando possível fortalecer o tecido social, promover o bem-estar e melhorar a qualidade de vida. -----



De seguida a Presidente da Assembleia passou a palavra à Senhora Inês Henriques (CH) que no uso da palavra, disse que esta moção trata de reforçar a segurança rodoviária e a acessibilidade pedonal no espaço público da freguesia de Marvila. Disse que esta moção tem em vista a necessidade urgente de intervenção em diversos pontos do espaço público da freguesia, com impacto direto na segurança rodoviária e na mobilidade pedonal. Disse que nos últimos meses foram identificadas situações que comprometeram a circulação segura dos residentes, dos trabalhadores e visitantes, nomeadamente a degradação na sinalização horizontal e vertical na Avenida Santos Contestável, onde as marcações rodoviárias se encontram desgastadas, as passadeiras apresentam uma baixa visibilidade de vários sinais verticais e se encontram degradados ou mal posicionados. Disse que esta situação aumenta o risco de acidentes e dificulta a leitura por parte dos condutores e também dos transeuntes. Salientou que a permanência de raízes de árvores caídas e passeios danificados em vários bairros são obstáculos à circulação pedonal e colocam em risco idosos, pessoas com mobilidade reduzida, crianças e utilizadores de carrinhos de bebés ou de cadeiras de rodas. Frisou que são situações que se mantêm por longos períodos sem qualquer intervenção. Considera assim ser necessária a implementação de algumas medidas como o reforço da sinalização horizontal, incluindo marcações rodoviárias, linhas de separação de vias, passadeiras e zonas de paragem, bem como a revisão e substituição da sinalização vertical, garantindo a correta colocação, visibilidade e conformidade com as normas em vigor. Frisou ser necessário a melhoria da iluminação pública nos traços onde a visibilidade da sinalização se encontra comprometida. Disse ainda que a manutenção do espaço público é uma responsabilidade essencial para garantir a segurança, acessibilidade e qualidade de vida. A ausência de intervenção atempada agrava riscos e compromete a confiança dos cidadãos nos serviços municipais. Assim, propõe que esta Assembleia de Freguesia de Marvila delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que proceda à renovação da sinalização horizontal na Avenida Santos Contestável, à substituição e reposicionamento da sinalização vertical, à remoção de raízes caídas nos passeios e à implementação de um plano de manutenção preventiva, garantindo a resposta mais rápida e eficaz de ocorrências futuras. -----

A Presidente da Assembleia passou então a palavra ao Senhor Luís Castro (PSD) que no uso da palavra, disse que relativamente a estes documentos que vão ser agora votados, da parte do PSD não tem nada a opor. Alertou apenas a bancada do CHEGA que algumas são competências da Junta e não da Câmara, e outras são competências da Câmara e não da Junta, havendo uma situação, sobretudo na recomendação pela dinamização comunitária da freguesia de Marvila, a integração das associações de moradores, só interessa aqui clarificar que a Junta de Freguesia tem as suas competências e as associações de moradores ou outras têm as suas competências. Não devemos pôr as associações a fazer aquilo que é da responsabilidade, tanto da Junta como da Câmara. -----

De seguida a Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor José Martins (PCP) que, no uso da palavra, saudando os presentes e relativamente



à recomendação sobre a repavimentação de vias na freguesia, disse que a sua bancada acompanha as questões salientadas, apenas não acompanha que a Câmara Municipal de Lisboa tem realizado ações de manutenção de outras zonas da cidade, ou seja, zonas da cidade que estão igualmente degradadas, salientando que poderiam acompanhar não estando essa questão no documento. -----

A Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Senhor Luís Figueiredo (PS) que, no uso da palavra, sublinhou que relativamente aos documentos do PAOD não são os partidos, mas sim as propostas que interessam e, assim, a sua bancada votará a favor dos documentos que decidir votar e contra também os que a sua bancada decidir. Disse ainda que Marvila é essencialmente uma freguesia de abril e por isso não podia deixar de saudar o 1º de maio e o 25 de abril e dizer que a sua bancada subscreve os votos do PCP em relação à saudação ao 25 de abril e 1º de maio e em relação também aos cinquenta anos da Constituição. Salientou que são referências para a sua bancada, para todos os democratas, para todos os patriotas e para todos aqueles que defendem a Constituição. -----

A Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra à Senhora Mafalda Correia (PS) que, no uso da palavra, saudando os presentes, disse que, em relação à recomendação apresentada, é importante referir que estas medidas já são amplamente implementadas na freguesia, quer através das associações de moradores, dos grupos comunitários, das coletividades locais e dos clubes desportivos. Salientou que já existe uma dinâmica consistente de atividades regulares que promovem a participação cívica e a utilização dos espaços públicos, a ligação entre gerações e a valorização do território. Disse tratar-se de um trabalho contínuo, enraizado no terreno e construído com envolvimento direto da comunidade. Frisou que, assim nesse sentido, a referida recomendação não traz na prática qualquer elemento verdadeiramente novo ou diferenciador face ao que já é desenvolvido diariamente pela freguesia. Salientou ainda existir uma contradição difícil de ignorar, uma vez que os membros eleitos, que agora recomendam o reforço do papel das associações e da dinamização comunitária são frequentemente os que optam pela abstenção quando da votação de apoio e orçamentos destinados a essas mesmas entidades, seja por alegada falta de informação para avaliar a sugestão, seja por considerarem os montantes excessivos, dizendo ainda que esta posição fragiliza na prática o discurso agora apresentado. Concluiu que no documento se recomenda uma maior atenção e acompanhamento do que efetivamente acontece no território, considerando que a freguesia de Marvila tem uma atividade intensa e diversificada, o que naturalmente exige presença, proximidade e envolvimento continuado. Disse compreender-se que nem sempre seja possível estarmos presentes em todas as iniciativas, até porque muitas delas não têm a visibilidade mediática nem contam com presenças institucionais de maior projeção, mas, a seu ver, é aí que reside a grande parte do trabalho mais relevante para a comunidade. Acrescentou ainda uma nota, quando dizem que reuniões que permitam monitorizar, considera que tal formulação levanta reservas, parece que



pretendem envolver-se nas associações e estas perderão a sua autonomia sem contribuírem para isso. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Gustavo Aires (CH) que, no uso da palavra, lembrou que a posição da sua bancada não resulta de qualquer oposição às associações. Esclareceu que a abstenção do CHEGA relativamente aos contratos-programa se deveu ao facto de não terem sido disponibilizados, em tempo útil, todos os documentos necessários à sua apreciação, nomeadamente os planos de atividades, contas e restante documentação de suporte exigida para uma avaliação devidamente fundamentada. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. João Marrana (CDS-PP) que, no uso da palavra, disse que lhe surgiu uma dúvida que gostaria de ver esclarecida uma vez que é penalizadora para quem faz trabalho nesta casa, que é que o tempo de intervenção das bancadas no PAOD é gasto na apresentação de documentos e pouco tempo sobra para o debate político que, a seu ver, é o que é importante, ficando cada bancada em desvantagem para defender os seus documentos no debate político. Disse ainda se o seu colega Luis Castro apresentar a moção feita em conjunto, terão de pensar se a apresentam ou não porque se os dois minutos forem gastos na apresentação do documento não terão tempo nenhum para o defender. Disse que, como ponto de partida, fez uma interpelação à mesa para se poder elucidar sobre isso. Esclareceu então que se o período antes do dia é um período de debate político, de discutir ideias, a apresentação das propostas ou pura e simplesmente não se faz considerando um incentivo para deixar de apresentar documentos no PAOD. Em alternativa considerou poderem inscreverem-se no tempo do público pois passaria a ter mais tempo para falar. Salientou que foram solicitadas reuniões para debater este tema e quase ninguém apareceu, e relativamente ao e-mail que receberam com o mesmo tema, ninguém se pronunciou sobre isso. Concluiu que, se todos querem aprovar os documentos no Período Antes da Ordem do Dia terá de se rever os tempos de cada um. -----

O Senhor Gil Poiares (IL) solicitou uma interpelação à mesa, pelo que a Presidente da Assembleia lhe deu a palavra. O referido eleito, no uso da palavra, disse que as interpelações à mesa não descontam do tempo, são uma figura regimental própria no artigo 50, considerando que o seu tempo e o tempo do seu colega vão ter de ser restabelecidos por terem feito uma interpelação à mesa. -----

A Presidente da Assembleia concordou e solicitou que os serviços atualizassem os tempos. -----

Depois a Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Gil Poiares (IL), que no uso da mesma, sugeriu o que se faz normalmente na Assembleia da República e na Assembleia Municipal, onde as propostas que os partidos apresentam têm mais algum tempo para apresentar as propostas. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia passou à votação dos documentos, colocando à votação a primeira moção - Reforçar a Segurança Rodoviária e a Acessibilidade Pedonal no Espaço Público da Freguesia de Marvila. -----

Passada a votação, foi a presente moção aprovada por unanimidade. -----



A Presidente da Assembleia colocou de seguida à votação a segunda moção - Para a Repavimentação de Vias na Freguesia de Marvila. -----

Passada a votação, foi a presente moção aprovada por unanimidade. -----

A Presidente da Assembleia colocou de seguida à votação a recomendação Para Dinamização Comunitária da Freguesia de Marvila Integração de Associações de Moradores, Escolas e Espaços Verdes. -----

Passada a votação, foi a recomendação apresentada rejeitada com DEZ votos contra (SETE votos do PS, DOIS votos do PCP e UM voto do BE), QUATRO votos de abstenção (DOIS votos do CDS-PP, UM voto do PSD e UM voto do IL) e CINCO votos a favor (CINCO votos do CH). -----

Depois, a Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor José Martins (PCP) para que pudesse apresentar as moções e saudações da sua bancada. ---

O Senhor José Martins (PCP), no uso da palavra, saudando os presentes, disse que a sua bancada trouxe duas moções e duas saudações. Disse que as duas saudações falam por si, uma relativa aos cinquenta e dois anos do vinte e cinco de Abril e do Primeiro de Maio e a outra relativa aos cinquenta anos da Constituição e das primeiras eleições e, considerando que as mesmas falam por si, não iria mais apresentar o seu conteúdo. Referindo-se às moções, disse que a primeira moção - População de Marvila rejeita agravamentos e exige respostas urgentes, disse que após as eleições de dois mil e vinte e cinco, os problemas da Marvila agravaram-se em vez de serem resolvidos. Disse ainda que esta moção denuncia cortes no investimento de cerca de oitenta por cento, mais condições ambientais, elevadores avariados e obras atrasadas, nomeadamente a Malha H. Disse ainda que aponta falhas na saúde, transportes e falta de serviços essenciais, criticando decisões, como a instalação de pombais junto a uma creche. Salientou que esta moção exige respostas urgentes, mais investimento e melhores condições de vida para a população. Disse também que a moção denuncia igualmente a falta de resposta da Câmara Municipal de Lisboa aos problemas da freguesia de Marvila, apesar das expectativas criadas após as eleições autárquicas de dois mil e cinco. Salientou também que passados vários meses e com o Orçamento de dois mil e vinte e seis já aprovado, a população enfrenta um agravamento das condições de vida, destacando forte redução, mais de oitenta por cento, no investimento na manutenção e reabilitação de habitação municipal. Deu o exemplo de elevadores avariados durante longos períodos, afetando gravemente os moradores, o aumento de infiltrações e degradação das casas sem intervenção adequada. Salientou também a existência de casas municipais vazias sem serem atribuídas. Sublinhou ainda atrasos prolongados em obras públicas, problemas de saúde pública, como a proposta de instalação do Pombais perto de uma creche. Falou também de dificuldades no acesso a cuidados de saúde, falhas no transporte ferroviário, combóis que não param em Marvila, ausência de serviço aos fins de semana e também a falta de serviços essenciais como correios e bancos. Disse então que, perante esta situação, é proposto à Assembleia de Freguesia de Marvila que delibere rejeitar os cortes no investimento e exigir melhorias urgentes na habitação. Exigir também a conclusão rápida de obras em curso e opor-se à instalação de pombais junto a creches. Mostrar assim a disponibilidade para colaborar na



resolução dos problemas da freguesia. Disse que a moção termina reafirmando a necessidade urgente de melhorar as condições de vida. -----

O Senhor José Martins (PCP) apresentou de seguida outra moção dizendo que é uma moção pela defesa dos mercados, feiras e venda ambulante contra o aumento de taxas. Esclareceu que esta moção critica a decisão da Câmara Municipal de Lisboa de alterar as taxas aplicadas a mercados, feiras e venda ambulante e que embora critica a decisão da Câmara Municipal de Lisboa de alterar as taxas aplicadas a mercados, férias e venda ambulante e esta medida agrava os custos para feirantes e pequenos comerciantes, num contexto já difícil, marcado pelo aumento do custo de vida, com a degradação dos mercados e concorrência das grandes superfícies. Disse ainda que esta decisão poderá levar ao encerramento de bancas, perda de dinamismo dos mercados e aumento dos preços para a população. Informou o plenário que esta moção defende ainda que os mercados e feiras são essenciais para a economia local e para a vida comunitária, destacando o caso da Feira do Relógio. Salientou que, como resposta, esta moção propõe à Assembleia rejeitar a nova redução de vinte por cento, exigir a reposição da redução anterior de trinta por cento e ainda defender uma redução maior, cerca de cinquenta por cento e recomendar o investimento na modernização e dinamização dos mercados e também solicitar a divulgação da moção junto das entidades competentes e da população. -----

A Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Senhor Pedro Monteiro (CDS-PP) que, no uso da palavra, disse querer fazer dois ou três breves comentários em relação aos documentos que foram apresentados. Relativamente aos documentos apresentados pelo CHEGA, disse que a sua bancada aprovou as moções que apresentaram e apenas se abstiveram na recomendação porque não é uma questão de estar contra, mas disse ser uma questão de forma pois, no final, não se entende muito bem o que é pretendido. Relativamente aos documentos apresentados pelo PCP, disse agradecer-lhe sempre os documentos e, simplesmente disse que não podiam votar favoravelmente porque no final acaba sempre com aquela retórica de “quando avultam limitações de importantes direitos sociais, económicos e políticos, se agrava a situação económica e social, se degradam as condições de vida dos trabalhadores e do povo”. Em relação à saudação do vinte e cinco de Abril e do primeiro de Maio, disse que a sua bancada até enaltece as referidas datas, mas é que, a seu ver, terminam sempre da mesma forma. Disse gostar sempre muito dos documentos do PCP, mas depois a parte final acaba por estragar isto tudo. Relativamente à Moção da população de Marvila, rejeita agravamentos e exige respostas urgentes, disse considerar inacreditável ser apresentado isto aqui na Assembleia de Freguesia, quando está a ser feito o maior investimento, o maior de sempre em habitação pública, questionando como é que o PCP consegue ter coragem de apresentar um documento deste teor aqui. Em relação à moção referente ao aumento das taxas, disse não entender o porquê do documento. Finalizou dizendo que, pelos motivos apresentados a sua bancada votará contra os mesmos. -----

De seguida a Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Gil Poiares (IL) que, no uso da palavra, saudando os presentes, disse que considera que o



PCP consegue uma proeza que sempre achou incrível que é conseguir pô-lo a ler um documento, ler o título e pensar como é que vai conseguir discordar do mesmo e, ainda assim, conseguir discordar. Continuou citando: “Saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio”, como é que eu conseguirei discordar disto? “Saudar o Dia do Trabalhador e o Dia da Liberdade”. -----

Disse que depois começou a ler, as grandes conquistas democráticas da Revolução como as nacionalizações e o controle operário. Relativamente ao primeiro de Maio, o dia dos trabalhadores, celebrar os direitos dos trabalhadores citou “com o povo a pagar a fatura dos lucros que aumentam escandalosamente, quando aumenta o domínio económico e político do grande capital”. Disse considerar isso curioso, quando já há mais do que estudos que indicam que as grandes empresas tendem a ter salários medianos maiores para os trabalhadores. Disse saudar o vinte e cinco de Abril e o primeiro de Maio e também a Constituição portuguesa, mas não consegue saudar os referidos documentos. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra à Senhora Inês Henriques (CH) que, no uso da palavra, disse que a revolução do vinte e cinco de Abril não foi de todo um movimento trabalhista ou sindical. Disse que o vinte e cinco de Abril começou como um golpe militar planeado e executado pelo movimento das Forças Armadas, composto maioritariamente por jovens capitães descontentes, com a guerra colonial e depois teve o apoio do povo. Disse que, a seu ver, sindicalizar o vinte e cinco de Abril está completamente errado, não pode ser nem partidário, nem sindicalizado, não pode ficar refém deste tipo de situações. Questionou que, de que serve celebrar o vinte e cinco de Abril ou a Constituição da República Portuguesa se os outros trezentos e sessenta e cinco dias os direitos das nossas populações são completamente esquecidos. sentido faz invocar Abril ou invocar a Constituição se continua sem respostas para problemas concretos, principalmente nesta freguesia. Chamou a atenção para quantas pessoas aqui vivem com habitações precárias, e sem transportes, estão desempregadas, quão precárias são as situações nas escolas, na educação, há pessoas que não têm médico de família também. Disse ainda que estar aqui a apelar à Constituição, uma Constituição que não está de todo a funcionar. Disse que Abril deve significar, na prática, que os direitos consagrados não devem ser violados e sim, fazê-los cumprir. Salientou que se o cumprimento da Constituição não está a ser assegurado, então temos o dever de agir, de corrigir, de melhorar, de garantir os direitos, liberdades e garantias, que não sejam apenas palavras, mas que sejam realidades vividas por todos. Salientou que celebrar Abril é, acima de tudo, cumprir Abril e que é vergonhoso que um dos símbolos do vinte e cinco de Abril tenha morrido, que é a senhora Dona Celeste, que foi quem distribuiu os cravos aos militares, tenha morrido sozinha num corredor, numa maca de hospital. Disse que, podem dar as explicações que quiserem, mas antes de celebrar Abril, há mesmo que cumprir Abril e a Constituição. -----

A Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Senhor Gustavo Aires (CH) que, no uso da palavra, questionou a bancada do PCP, sobre a moção relativa às taxas, sobre o mesmo tema na Assembleia Municipal se absteram, porque trouxeram o tema aqui. -----



Dando seguimento aos trabalhos, a Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Luis Castro (PSD) que, no uso da palavra, saudando os presentes, disse que apenas queria dar uma nota referente a uma das moções que considera importante esclarecer, falando mais diretamente para a bancada do PCP, dizendo que entre dois mil e vinte dois e dois mil e vinte e cinco foram investidos cento e cinquenta milhões de euros na habitação. Significa que foi um aumento de quinhentos e vinte por cento relativamente ao mandato anterior. Salientou que estamos sempre a criticar a habitação, e é verdade que não há muito o que fazer, mas há formas e formas de o fazer. Salientou ainda que treze milhões e meio investidos em elevadores. Afirmou que nos últimos quatro anos foi feito muito mais do que no mandato anterior. Disse ainda que é verdade, haver muitos problemas, haver muito o que fazer, mas deve-se ter em atenção aquilo que foi feito no último mandato, foram apenas quatro anos. A Presidente da Assembleia passou então a palavra à Senhora Mafalda Correia (PS) que, no uso da palavra, disse que, depois ouvir as intervenções anteriores ficou a pensar em que freguesia é que viveria, porque não se lembra de elevadores arrançados, ou se são arrançados, depressa ficam estragados de novo porque são mal-arrançados. Disse ainda que se está a falar da habitação já construída há anos pois os fregueses se queixam disto há vários anos. ----- A eleita Mafalda Correia (PS) interveio para esclarecer que o Lote setenta mencionado na intervenção do eleito Luís Castro (PSD) se encontra sob gestão da GEBALIS e não do I.H.R.U. ----- Agradecendo à eleita, a Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor José Martins (PCP) que, no uso da palavra, disse parecer que o Senhor Luís Castro (PSD), não anda pela freguesia, sugerindo ao mesmo que percorra os bairros municipais e diga onde é que foram empregues os milhões nos elevadores, os milhões nas infiltrações, os milhões nas reparações das casas, dos apartamentos. Salientou que as pessoas pagam rendas e dormem à chuva E se as pessoas falam que deviam dar a volta à freguesia e ir contactar com os marvilenses, com os fregueses que pagam rendas e dormem debaixo de água, é porque a situação foi verificada por ele várias vezes em vários apartamentos, chove como na rua. Salientou que em quatro anos não viu uma evolução nos bairros municipais de Marvila. ----- De seguida, a Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Luís Castro (PSD) que, no uso da mesma, disse fazer questão de pedir o relatório das abelhas, que foi agora aprovado, para que depois seja distribuído junto desta Assembleia para poderem verificar o investimento que foi feito na freguesia e para se ter noção do que se está a falar. Quando dizem que não andamos na freguesia, disse que achou estranho, porque nos últimos quatro anos viu em Marvila prédios a ser recuperados e elevadores a serem investidos, a terem intervenção, sobretudo no bairro das Amendoeiras, num prédio que reclamava obras há quarenta anos, mas agora foi arrançado. Disse que não poderia deixar passar a situação porque está a falar de dados que não foram inventados, foram informações que está na documentação que foi aprovada, como o relatório de atividades e contas da Câmara Municipal, sugerindo que é só consultarem. -----



A Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Senhor João Marrana (CDS-PP) que, no uso da palavra, cumprimentando os presentes disse que gostaria de recentrar a discussão, porque o Partido Comunista tem esta leitura das coisas e tem de se admitir que é assim e assim será. E disse respeitar, em termos democráticos, salientando que o respeito é total e absoluto. Disse que também esteve na Avenida a comemorar Abril e que cada um comemora Abril da sua forma e da forma que acha mais justa. Salientou novamente que também esteve na Avenida e vai todos os anos à Avenida dizendo gostar muito de se sentir um fruto do vinte e cinco de Abril. Disse ainda que embora tenha sido eleito pelo CDS-PP, são coisas que a vida traz. Disse que gostaria que se reconseridasse o que foi dito. Salientou que o seu colega Castro, do PSD, trouxe para cima da mesa um conjunto de investimentos que a Câmara Municipal de Lisboa fez nesta freguesia. E assim sendo, questionou o que fez a Junta de Freguesia e onde é que esta está. Disse não ser o Presidente da Junta, mas sim a Junta de Freguesia enquanto entidade, para poder ser o *player* importante para gerir e chamar à razão aquela verdade que está por trás, como é insinuado, dos números que são apontados. Questionou onde é que está a Junta de Freguesia para ser uma força mobilizadora e de pressão junto da Câmara para que efetivamente as coisas se concretizem e para lutar pelos direitos da freguesia, em vez de ser o fazer só por fazer. Disse que reposicionar a discussão é importante porque a Junta tinha a obrigação de o fazer. Disse ainda que, a possibilidade de ter uma comissão forte no campo da habitação, onde a junta de freguesia se sente lado a lado com o IHRU, lado a lado com a Gebalis, com a Câmara e outras organizações, para impor, salientando que não se trata de uma freguesia qualquer, trata-se da freguesia de Marvila, que tem a obrigação de dar um passo em frente, não fazer por fazer, mas ter uma estratégia, uma planificação e fazer-se respeitar, que é isso que muitas vezes nestas discussões fica demasiado evidente a posição. -----

A Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra à Senhora Sara Canavezes (PCP) que, no uso da palavra, cumprimentou os presentes apresentando-se e dizendo ser a sua primeira vez ali na Assembleia. Disse querer clarificar algumas coisas que não podem ficar assim no ar disse que o PCP não votou, não se absteve na votação relativamente aos mercados e a esta redução para vinte por cento em vez dos trinta por cento que o PCP propôs e que foram aprovados e que, entretanto, também defende que deve ser aumentado ainda mais, portanto, para cinquenta por cento, salientando que isso deve ficar muito claro. Depois quis salientar outra questão que a si mesma lhe custa, dizendo que não sabe de onde conhecem a Senhora Celeste Queiroz, mas que a ela lhe é muito próxima, informando que esta senhora foi militante do seu partido e que tinha uma filha chamada Helena, uma neta, família e, portanto, não morreu sozinha. Relativamente às obras do I.H.R.U., e que não foram feitas pela Gebalis, portanto no bairro das Amendoeiras, aproveitar só para saudar de facto a luta dos moradores que foi longa e que de facto conseguiram aqui uma grande intervenção no âmbito do IHRU. Disse que ninguém nega que houve milhões para a habitação, e que ouvido assim parece muito, mas a seu ver, aqui é pouco, são apenas grãos de areia e é isso que é



necessário perceber porque olhando depois para a freguesia falta fazer muito mais. Salientou que se exige mais investimento e não corte do mesmo. -----

---De seguida, a Presidente da Assembleia, não havendo mais intervenções, passou à votação dos documentos apresentados pela bancada do PCP. -----

Assim colocou à votação a moção - a população de Marvila rejeita agravamentos e exige respostas urgentes. -----

---Passada a votação, foi a referida proposta aprovada por maioria com NOVE votos contra (CINCO votos do CH, DOIS votos do CDS-PP, UM voto do PSD e UM voto do IL) e DEZ votos a favor (SETE votos do PS, DOIS votos do PCP e UM voto do BE). -----

A Presidente da Assembleia colocou de seguida à votação a moção - pela defesa dos mercados, feiras e venda ambulante, com o aumento e encapotado de taxas. -----

Passada a votação foi a presente moção aprovada por maioria com NOVE votos contra (CINCO votos do CH, DOIS votos do CDS-PP, UM voto do PSD e UM voto do IL) e DEZ votos a favor (SETE votos do PS, DOIS votos do PCP e UM voto do BE). -----

A Presidente da Assembleia colocou então à votação a saudação dos cinquenta anos da Constituição da República Portuguesa e das primeiras eleições autárquicas democráticas mil novecentos e setenta e seis-dois mil e vinte e seis. -----

Passada a votação, foi a referida proposta aprovada por maioria com NOVE votos contra (CINCO votos do CH, DOIS votos do CDS-PP, UM voto do PSD e UM voto do IL) e DEZ votos a favor (SETE votos do PS, DOIS votos do PCP e UM voto do BE) -----

Solicitando a palavra, o Senhor Gil Poiares (IL), no uso da palavra, informou que a iniciativa liberal vai fazer chegar uma declaração de voto por escrito. ---

O Senhor Luís Castro (PSD), solicitando a palavra, informou que a sua bancada também irá apresentar uma declaração de voto por escrito. -----

A seguir a Presidente da Assembleia colocou à votação a saudação do 25 de Abril e 1º de Maio. -----

Passada a votação, foi a referida proposta aprovada por maioria com NOVE votos contra (CINCO votos do CH, DOIS votos do CDS-PP, UM voto do PSD e UM voto do IL) e DEZ votos a favor (SETE votos do PS, DOIS votos do PCP e UM voto do BE). -----

Solicitando a palavra, o Senhor Gil Poiares (IL), no uso da palavra, informou que a iniciativa liberal vai fazer chegar uma declaração de voto por escrito. ---

O Senhor Luís Castro (PSD), solicitando a palavra, informou que a sua bancada também irá apresentar uma declaração de voto por escrito. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Gil Poiares (IL) para apresentar os documentos da sua bancada. O Senhor Gil Poiares (IL), no uso da palavra, disse considerar que o voto de saudação da efeméride de abril, que celebra três ocasiões, a Revolução de vinte e cinco de abril, primeiras eleições legislativas e cinquenta anos da Constituição de setenta e seis, acho que dispensa grandes apresentações. Disse que a Iniciativa Liberal não esteve lá, mas são filhos de abril e apresentam esta declaração e estão sempre abertos a esclarecimentos quanto aos seus pontos. Disse que o outro documento a



apresentar, saúde à nova Carta Educativa de Lisboa e o futuro polo artístico de Marvila disse que se esteve 18 anos sem a atualização de uma Carta Educativa para Lisboa. Disse que felizmente, na nova Carta Educativa, o município reconheceu que Marvila tem um papel central na evolução do sistema educativo português e, portanto, esta carta pretende projetar Marvila como um novo polo de ensino artístico. Concluiu, portanto, que estão muito confiantes que isto vai dinamizar o desenvolvimento cultural local e vai introduzir a nossa freguesia nos principais eixos criativos e de talento e atrair talentos artísticos tanto da cidade como do país. Disse que esta Carta também reconhece a urgência de investimentos estruturais no edificado escolar de Marvila, que todos reconhecemos são extremamente urgentes. Disse que assim saúdam a Assembleia Municipal de Lisboa, o Departamento de Educação da Câmara de Lisboa, o Conselho Municipal de Educação de Lisboa e todos os profissionais de educação, agrupamentos escolares e freguesias, que foram auscultados neste processo participativo, ao qual resultou a nova Carta Educativa de Lisboa. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Gustavo Aires (CH) que, no uso da palavra, disse que queria lamentar o que se passou nas manifestações do vinte e cinco de Abril à iniciativa liberal, onde foi acusada por várias pessoas de não pertencer ali, sabendo que o vinte e cinco de Abril é para todos. Disse que o dia de vinte e cinco de Abril é uma data da história contemporânea portuguesa que marcou o fim do regime autoritário e abriu caminho à construção de um sistema democrático assente na liberdade, no pluralismo e na soberania popular. Disse que a Revolução dos Cravos representou um momento de rutura e de esperança, permitindo a consagração de direitos, liberdades e garantias fundamentais, bem como o estabelecimento de eleições livres e de um regime representativo. Disse que, contudo, passadas mais de cinco décadas, disse importar que a evocação de vinte e cinco de Abril seja também um momento de reflexão crítica sobre o percurso do país quanto ao grau de concretização dos objetivos ainda proclamados. Disse ainda que os processos de descolonização, democratização e desenvolvimento, frequentemente identificados como pilares pós-vinte e cinco de Abril, foram marcados por profundas dificuldades, tensões e consequências que ainda hoje se fazem sentir. Disse que o primeiro reparo a este documento é onde diz “saudar os povos das ex-colónias”, dizendo que é como se todos eles vivessem agora em regimes democráticos, o que não concorda pois muitos deles vivem em regimes autoritários e corruptos, presos a líderes que se agarram ao poder e foram empurrados para guerras civis porque não tinham estruturas administrativas mínimas para impedir esse colapso. Disse ainda que Abril, infelizmente, falhou aqui ao libertar as colónias sem se preocupar com o seu futuro. Disse que, do mesmo modo, a consolidação democrática conheceu momentos de instabilidade e condicionamentos e o desenvolvimento económico e social do país. E continua a revelar fragilidades estruturais que importa reconhecer e enfrentar. Informou que por isso, quando o primeiro ponto fala em democracia liberal, não pode deixar de assinalar que a própria Constituição da República Portuguesa não faz qualquer referência a essa qualificação., onde é designada apenas como



democracia, dando nota que existem vários tipos de democracia liberal, democrática, popular e nacional é classificá-la como objetivo exclusivo e reduzi-la a um projeto partidário, não a um projeto comum. Disse ainda compreender a mensagem democrática que a Iniciativa Liberal quer passar mas procurar fazê-lo pelas razões expostas sobre a descolonização e sobre a tentativa de qualificar a democracia como liberal, força a sua bancada a abster-se sobre este ponto, concluindo que o 25 de abril não deve ser apropriado por qualquer corrente ideológica ou força partidária, devendo antes afirmar-se como um património comum de todos os portugueses, aberto à pluralidade, interpretações e à livre discussão democrática. Disse que evocar o 25 de Abril é, sim, não apenas celebrar a liberdade conquistada, mas também assumir com responsabilidade a necessidade de continuar a aperfeiçoar o regime democrático, corrigir desequilíbrios e responder aos desafios que persistem nos portugueses, porque Abril deve ser de todos. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor João Marrana (CDS-PP) que, no uso da palavra, relativamente a este voto de saudação da Carta Educativa, refletiu que são futuros investimentos que estão previstos em Marvila. Disse que a Carta Educativa vem colocar no território de Marvila o futuro polo de educação artística da cidade de Lisboa. Disse ainda que todos sabem que polos com esta dimensão e com estas características são dinamizadores de investimento, atraem um tipo de público especial, por assim dizer, e são absolutamente indispensáveis para o desenvolvimento. -----
Não havendo mais intervenções a Presidente da Assembleia colocou à votação a moção apresentada pelo IL - a nova Carta Educativa de Lisboa e Futuro Polo Artístico de Marvila. -----

Passada a votação, foi a referida moção aprovada por unanimidade. -----

Antes de se proceder à votação do documento apresentado pela Iniciativa Liberal, o eleito Gustavo Aires (CH) solicitou que a votação fosse realizada por pontos. A Presidente da Assembleia questionou o proponente do documento, o eleito Gil Poiares (IL), sobre a aceitação desse procedimento. O eleito Gil Poiares informou não aceitar a votação por pontos, pelo que a votação se realizou na generalidade do documento. -----

A Presidente da Assembleia colocou de seguida à votação o documento abril, mês da liberdade, cinquenta e dois anos de solução. -----

Passada a votação foi o presente documento aprovado por maioria com SETE votos de abstenção (CINCO votos do CH e DOIS votos do PCP) e DOZE votos a favor (SETE votos do PS, DOIS votos do PCP, DOIS votos do CDS-PP, UM voto do BE, UM voto do IL e UM voto do PSD). -----

Solicitando a palavra, o Senhor Martins (PCP) disse ir apresentar uma declaração de voto por escrito. -----

A Presidente da Assembleia colocou também à votação a moção - pelo envolvimento dos grupos comunitários na concretização de projetos estruturantes na freguesia de Marvila, apresentada pelo CDS-PP, PSD e IL. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Luís Castro (PSD), que disse não ser necessária a apresentação e passou a ler apenas os considerandos: "Ponto Um- Saudar todos os grupos comunitários, associações e cidadãos da freguesia de Marvila pelo seu contributo ativo e empenhado na



conceção e concretização do projeto estruturante, nomeadamente o Parque Urbano da Quinta de Marquês de Abrantes, reconhecendo o seu papel essencial na reconstrução de uma freguesia mais participada, qualificada e com futuro. Ponto Dois- Terminar o agendamento pela mesa da Assembleia de Freguesia de uma reunião extraordinária da Assembleia, realizada no prazo máximo de trinta dias, com um ponto único na ordem de trabalhos destinado à audição dos grupos comunitários da freguesia. Visando a recolha de contributos para o reforço de uma governação local, mais democrática, participada, e próxima dos cidadãos em Marvila. Ponto Três- Saudar a Câmara Municipal de Lisboa pelo investimento e concretização do Parque Urbano da Quinta de Marquês de Abrantes, que posteriormente reconheceu o nome do Parque Urbano de Marvila, reconhecendo o seu papel indispensável na requalificação do território, a sua capacidade de ouvir as comunidades e integrar os seus contributos, assumindo a sua responsabilidade política na promoção de projetos estruturantes que dão resposta às aspirações da população, contribuindo para um desenvolvimento sustentável, inclusivo e participado na freguesia de Marvila. Ponto 4. Dar conhecimento do presente voto, de saudação à Câmara Municipal de Lisboa, à Assembleia Municipal de Lisboa e aos respetivos grupos municipais, bem como aos grupos comunitários da freguesia e demais entidades que intervêm na construção de uma freguesia mais solidária, participada e democrática. -----

Assim a Presidente da Assembleia colocou o presente documento à votação. - A Presidente da Assembleia passou a palavra à Senhora Mafalda Correia (PS) que, no uso da palavra, disse que considera que os projetos estruturantes no território se inserem nas competências próprias da Câmara Municipal, cuja função é planear, executar e qualificar o espaço público, pelo que não deve ser objeto de saudação, mas sim de escrutínio e avaliação pública. Disse que também importa referir que os grupos comunitários da Freguesia de Marvila mantêm já um contato regular e estruturado com o Executivo, reunindo sempre que necessário para partilha de preocupações, contributos e acompanhamento de projetos em curso. Frisou que este trabalho contínuo demonstra que os mecanismos de participação e proximidade já se encontram ativos e consolidados. Acrescentou ainda que, por vezes, parece existir a preferência por trazer estas matérias para o contexto de assembleias. E, no entanto, importa sublinhar que o valor do trabalho desenvolvido no território não depende da sua exposição mediática. O bem não deve ser mostrado, mas sim demonstrado através de resultados concretos e de impacto efetivo na vida das pessoas. Disse que, neste sentido, caso continuem ou entendam ser relevante ouvir diretamente estes grupos, consideram que deverão promover essa aproximação no terreno, reunindo com as associações, com os movimentos locais, em vez de propor iniciativas resultantes e que se faça o trabalho que já está a ser desenvolvido. Por fim disse que a sua bancada iria apresentar uma declaração de voto sobre o documento em discussão. -----

A Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Senhor João Marrana (CDS_PP) que, no uso da palavra disse que este voto de saudação tem como principal destaque o facto de ter sido viável e possível um investimento de grande dimensão por parte do município de Lisboa na freguesia. Disse que



é obrigação da Câmara fazê-lo e disse estar agradecido de ter tido a sensibilidade para o fazer porque podia e não ter feito aqui, ter feito noutro sítio qualquer. Disse não ver mal nenhum em se poder ter uma sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia para se ouvir os grupos comunitários, sabendo que estão a fazer um bom trabalho considerando que por isso mesmo se tem a obrigação de os trazer à Assembleia e de partilhar com eles o que está a ser feito. Frisou ainda que a Junta tem a obrigação de permitir que todos participem. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor José Martins (PCP) que, no uso da palavra, disse que a sua bancada se congratula com a obra, que é necessário e há muita coisa para fazer. Mas disse também que, ao ler este voto de saudação, quase parece que é um voto de saudação ao Executivo Municipal porque se fala tanto da Câmara Municipal, que quase parece um voto de saudação ao Executivo Camarário e considera que isso não é necessário. -----

O Senhor João Marrana (CDS-PP) solicitou a palavra para dizer que a Câmara tem as suas competências e a Junta outras, mas também têm o dever de cooperação entre ambas. -----

A Presidente da Assembleia colocou então a presente moção à votação. -----

Passada a votação a presente moção foi rejeitada com DEZ votos contra (SETE votos do PS, DOIS votos do PCP e UM voto do BE) e NOVE votos a favor (CINCO votos do CH, DOIS votos do CDS-PP, UM voto do PSD e UM voto do IL). -----

Uma vez terminado o PAOD, a Presidente da Assembleia propôs ao plenário a troca dos pontos 5 e 6 da Ordem do Dia, pelos pontos Dois e Três da Ordem do Dia, uma vez que estão muitos pontos para discussão e como o Orçamento tem de ser votado e apresentado até ao dia trinta de abril no Tribunal de Contas, havendo assim a necessidade de troca dos pontos apresentados. Colocou assim a proposta à votação do plenário. -----

Passada a votação foi a referida proposta aprovada por unanimidade. -----

Assim, a Presidente da Assembleia passou para o ponto Um- da Ordem do Dia Eleição do Membro da Assembleia de Freguesia para a Comissão Alargada da CPCJ Lisboa Oriental. -----

A Presidente da Assembleia informou que havia apenas uma pessoa para a função e que há pouco foi proposta outra pessoa. Esclareceu que a votação se realizará por votação secreta, acrescentando que os serviços distribuirão os boletins de voto quando da votação. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Pedro Monteiro (CDS-PP) que, no uso da palavra, pediu desculpa por só ter distribuído agora o currículo, mas na última Assembleia de Freguesia já se tinha referido à pessoa que queria apresentar. Considerando que tinha as competências necessárias para fazer um bom trabalho na CPCJ. Disse já ter havido experiências menos boas na CPCJ. Disse nunca ter tido acesso a nenhum relatório que tenha sido emitido pela CPCJ. Disse não estar a pôr em casa as competências da outra candidata, mas em termos curriculares não me parece que seja sequer comparável com o currículo que é apresentado pela bancada do CDS-PP. Disse ser uma pessoa doutorada em Psicologia, tem várias experiências, trabalha em centros hospitalares e trabalha com crianças. -----



De seguida a Presidente da Assembleia passou a palavra à Senhora Sara Canavezes (PCP) que, no uso da palavra, disse que a candidata do PCP, Anabela Raimundo, disse que o seu curriculum está inserido na pasta da Assembleia. Disse que quando apresentaram este nome foi com enorme responsabilidade, como se deve entender. Disse que para o seu partido e para Marvila a questão da CPCJ é uma questão essencial salientando que as nossas crianças e jovens e a forma como são tratadas é importantíssimo. Disse ser importante que a Junta de Freguesia tenha conhecimento daquilo que são as temáticas tratadas na CPCJ, que possa ter aqui informações atempadas, que são também coisas que quando apresentamos o nome da Anabela Raimundo consideramos. Disse que, a seu ver, mais do que um lugar técnico. é um lugar político e consideramos que a Anabela Raimundo tem todas as condições para o desempenhar. Disse que, enquanto representante, é uma pessoa que está ligada à área social da imprensa nacional da Casa da Moeda e tem todas as competências pessoais de sensibilidade para a temática que de outra forma não apresentariam se não o considerassem. -----

De seguida, a Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Luís Figueiredo (PS) que, no uso da palavra, disse querer compartilhar com o plenário alguns momentos que passou enquanto membro da Comissão Alargada da CPCJ. uma vez que assistiu durante mais de quinze anos às reuniões que ela tinha com a Assembleia Municipal, na Comissão dos Direitos Sociais, onde recebidos, e eram auscultados aqueles que intervinham no território de Lisboa. Salientou ainda que o que se avalia hoje não as valências técnicas e sim políticas. Disse que é esse o quadro, independentemente da qualidade dos currículos que estão em confronto, -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra à bancada do CH, ao Senhor Gustavo Aires, (CH) que, no uso da palavra, disse que, a seu ver, esta votação não é algo político, mas sim profissional. Disse ainda que curriculum vitae da Senhora Anabela Raimundo não tem a informação das habilitações. Informou que a sua bancada apoiará a candidata do CDS-PP pois o seu Curriculum é mais enriquecedor. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Gil Poiares (IL) que, no uso da palavra, disse reconhecer o mérito de todas as candidatas que foram apresentadas, mas após uma análise do curriculum vitae e de uma breve troca pessoal de impressões com a doutora Patrícia Marques, disse que a iniciativa liberal gostaria de subscrever a propositura da doutora Patrícia Marques à CPCJ. -----

A Presidente da Assembleia informou que no boletim de voto a letra A representaria a Senhora Anabela Raimundo e a letra B representaria a Senhora Patricia Marques. Solicitou também aos serviços a distribuição dos votos. De seguida pediu à Senhora Mafalda Correia e ao Senhor João Marrana que pudessem proceder à contagem. -----

Passada a contagem a votação foi a seguinte: Letra A (Anabela Raimundo) – NOVE votos e Letra B (Patrícia Marques) – DEZ votos. Face aos resultados apurados, foi eleita a Senhora Patrícia Marques para representar a Assembleia de Freguesia na Comissão Alargada da CPCJ Lisboa Oriental, assumindo, assim, o respetivo lugar naquele órgão. -----



A Presidente da Assembleia passou ao Ponto Cinco da Ordem do Dia (agora ponto Dois) - Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas prestação de contas do ano dois mil e vinte e cinco-Deliberações n.ºs 331/2026 e 340/2026, da junta de freguesia:

- Relatório de atividades;
- Relatório de gestão;
- Conta de gerência

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Junta que, no uso da palavra, disse considerar que todos receberam a documentação da assembleia inclusive a das contas a tempo. Disse que dois mil e vinte e cinco foi um ano de contenção devido a que, a seguir ao COVID, acabou por ter de se investir mais dinheiro e os resultados acabaram por ser negativos em virtude dos dinheiros que tiveram de se investir nessa altura vindo a refletir-se nos anos seguintes e dois mil e vinte cinco foi um ano já de recuperação. Informou ainda que se conseguiu um grau de execução de receita de oitenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos, um grau de execução de despesa de Setenta e um euros e noventa e sete cêntimos e só para dizer que em Dois mil e vinte e cinco conseguimos que o resultado líquido do período fosse positivo no valor de Trezentos e vinte e três mil, quatrocentos e trinta euros e nove cêntimos euros. Disse que não tem sido fácil, que se teve de fazer opções, mas colocando sempre as pessoas em primeiro lugar. Disse que o espaço público foi onde não se conseguiu investir tanto porque se deu prioridade às pessoas, à parte social e também à área da educação. Disse também que, só como exemplo, em Dois mil e vinte e cinco houve centenas de apoios e só refeições foram Trinta e oito mil, informou que este ano, está presente nesta Assembleia, a Senhora Anabela Prates, a Revisora Oficial de Contas da Junta de Freguesia para esclarecimentos se necessário, salientando que não é técnico, mas, a nível político sabe muito bem as diretrizes a seguir, que é estar ao lado de quem mais precisa. -----

O Senhor Gil Poiares (IL) pediu para fazer uma interpelação à mesa e, tendo obtido autorização da mesa, disse que de acordo com o disposto no regimento artigo 42º e como já não se está no primeiro ponto da ordem do dia, todos os intervenientes têm dez minutos e assim, pediu para que os serviços ajustassem o relógio segundo o regimento em vigor ao que a Presidente da Assembleia disse que iria pedir aos serviços para verem juridicamente a questão apontada. -----

A Presidente da Assembleia passou então a palavra ao Senhor Luís Castro (PSD) para que intervir sobre o ponto em discussão. -----

O Senhor Luís Castro (PSD), no uso da palavra, disse que, relativamente a este ponto, verifica-se que a Junta de Freguesia é a junta que tem uma taxa de execução dos CDC's mais baixa, na ordem dos Trinta por cento, somos a Junta de Freguesia na cidade de Lisboa com menos percentagem de execução. Frisou que também se aumentou a despesa com o pessoal. Salientou que aquilo que se diminuiu nas transferências e subsídios, na ordem dos Quatrocentos e noventa mil euros, a junta, só em Dois mil e vinte e cinco, aumentou em Trezentos e cinquenta mil euros as despesas com o pessoal, dizendo que se retirou de um lado e colocou no outro. Frisou que é que a despesa corrente foi



superior à receita corrente, e disse que isso é um problema enorme e que coloca em causa o funcionamento de uma junta de freguesia, mas que felizmente esta junta de freguesia tinha algo que agora já não tem que é o saldo que existia antes de um milhão e meio. Questionou então o Senhor Presidente da Junta sobre a existência do referido saldo e se ele foi incorporado nas contas. Questionou a Junta se, neste momento a Junta de Freguesia tem um saldo que transita para Dois mil e vinte e seis na ordem dos Trezentos mil euros. Pediu também esclarecimentos sobre o evento *Chelas Valley*, evento com custos elevadíssimos na questão dos serviços. Salientou ainda que quando foi à Base Gov. e viu que a Junta de Freguesia de Marvila pagou quarenta mil euros por um palco som e luz, disse que se está quase ao nível do Rock in Rio, frisando que esta é uma despesa que não consegue entender e, não querendo fazer interpretações erradas, disse que, a seu ver, um concerto que tem uma despesa de montagem na ordem dos quarenta mil euros, trata-se de um investimento que não é nada normal neste tipo de iniciativas. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Gil Poiares (IL) que, no uso da palavra, disse recordar-se de uma Assembleia de Freguesia no final do ano passado, sobre a aprovação do orçamento onde alertou que a Junta de Freguesia não estava a aplicar a contabilidade de gestão nas suas práticas correntes, lembrando que até mencionou o NCP 27 e que na altura, o Senhor Presidente Videira respondeu que estas normas não se aplicam a orçamentos, só se aplicam a prestação de contas. Disse que eis as contas a aprovar e que a Revisora Oficial de Contas, no seu relatório diz que "o relatório de gestão não inclui as divulgações previstas na NCP 27, contabilidade de gestão e a entidade não divulgou as razões para esta insuficiência". Salientou que esta norma é importante. Disse considerar que, o mínimo para aprovarmos um documento é eles cumprirem as normas legais e mais do que isso, a contabilidade de gestão é um mecanismo básico de contabilidade que permite não só escrutinar as contas do executivo, mas também para o próprio executivo escrutinar, se o que está a ser tirado dessa atividade compensa os gastos. Disse então pedindo à Senhora Revisora Oficial de Contas se não se está a cometer aqui algo que está um pouco à margem da legalidade. -----

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Junta para responder às dúvidas apresentadas pelos eleitos. -----

O Senhor Presidente da Junta, no uso da palavra, disse existir uma variação do orçamento da receita corrente de Sete vírgula trinta e cinco por cento sendo explicada pela retoma das taxas próprias que se encontrava suspensas desde a pandemia. Disse ainda que os quadros apresentados no documento relativos à variação entre Dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco não estão certos e assim as variações também não o estão. Disse quinda que não consegue entender o saldo de gerência e também que deveria ter despendido mais tempo para estudar a documentação como era merecido. Disse que a Trinta e um de dezembro havia uma sobrevalorização dos ativos devido aos CDC 's que não foram executados, que são um milhão e duzentos mil euros. Voltou a dizer que teve dificuldade em ver todos os documentos, mas acredita que toda a informação lá está e pode ser vista. -----



O Senhor Luís Castro (PSD), solicitando a palavra pediu ao Senhor Presidente da Junta que desse uma explicação sobre os gastos com os avençados que deve estar espelhada na rubrica de serviços especializados ou na rubrica de honorários e, a seu ver, ambas são muito altas. -----

O Senhor Presidente da Junta, no uso da palavra, explicou que o Doutor Rui Mendes, que é um dos Chefes de Divisão, responsável pelas finanças, lhe explicou que os recibos verdes estão na rubrica dos honorários. Informou ainda que o saldo de gerência está espelhado nos documentos e o valor é de um milhão, trezentos e dez mil, trezentos e sessenta e sete euros e setenta e três cêntimos. Disse também querer responder à questão levantada pelo eleito Luís Castro (PSD) sobre o evento *Chelas Valley*, dizendo que realmente foram quarenta mil euros, vinte mil de despesa de luz, som e palco e vinte mil para os artistas. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Gil Poiares (IL) que, no uso da palavra, disse que a sua questão sobre o NCP 27 ao que o Senhor Presidente da Junta respondeu que realmente não está implementado, mas é que isso nos iria obrigar a ter mais pessoal para fazer aquilo que o Senhor Gil Poiares estava a querer implementar, considerando que para a Junta se torna mais difícil e obrigava a ter pessoas só para tratar isso. -----

A Presidente da Assembleia passou de novo a palavra ao Senhor Gil poiares (IL) que constatou que então, num orçamento de dez milhões de euros não tem fundos para cumprir um requisito legal que está inscrito numa norma legal, ao que o Senhor Presidente da junta respondeu que só para despesa com pessoal são Trinta e quatro por cento desse orçamento e depois existem gastos daquilo que se diz despesas em exercício que são quarenta e tal por cento, o que somas mais de Oitenta por cento restando cerca de Doze por cento para investimento. -----

A Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Senhor João Marrana (CDS-PP) que, no uso da palavra, que considera ter ouvido bem estas intervenções e que se deveria refletir sobre isso. Disse estar-se a falar de uma Junta de Freguesia que é a segunda maior da cidade, que tem o potencial que tem e quer mostrar capacidade de resposta aos seus fregueses, mas que nem as contas sabem fazer. -----

De seguida a Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Pedro Monteiro (CDS_PP) que, no uso da palavra, disse que o Senhor Presidente explicou que as avenças estavam espelhadas nos honorários e de facto, no relatório do Revisor Oficial de Contas está aqui que a verba, de facto, está o aumento de Noventa e sete mil euros em honorários. Salientou que o senhor Presidente da Junta disse que os gastos com o pessoal eram à volta de trinta e tal por cento, mas não é bem isso, é muito mais, são à volta quase de Quarenta por cento ou Cinquenta por cento da despesa com o pessoal. Disse ainda se se for a ver em termos de honorários, estão ali as avenças são mais ou menos. Concluiu então que a Junta vive para o dia-a-dia, portanto, isto é despesa corrente, não se consegue ter aqui um investimento que seja e depois dão à Junta dois milhões de CDC 's para executar e não se consegue. Disse ter pena porque considera que toda a gente vê que a freguesia está a mudar só a Junta é que não consegue mudar e acompanhar esta mudança. -----



A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Junta que, no uso da palavra, disse pensar que as contas estão certas não tendo nenhuma dúvida sobre isso. Disse que a documentação está muito bem explicada e disse ainda não poder dar grandes informações porque não é licenciado em gestão, mas pode afirmar que aquilo que foi gasto foi gasto com muito cuidado sempre e tendo muito respeito pelo dinheiro dos contribuintes. Disse também ser opções que se fazem muitas vezes e também na questão de despesas de pessoal, disse que acabando o concurso, vão entrar mais alguns elementos pois é necessária mais gente para o espaço público e que é mesmo necessário avaliar com olhos de ver. Salientou que para poder ter as coisas como gastariam, teriam de contratar mais pessoal. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Luís Castro (PSD) que, no uso da palavra, disse que já há anos avisou sobre o que poderia suceder ao longo dos anos e a verdade é que realmente está a acontecer, o dinheiro existente nesta Junta há oito anos, cerca de cinco milhões, a verdade é que o dinheiro foi findando e por isso as contas estão como estão. Disse que esta junta de freguesia perdeu uma oportunidade única, como muitas poucas freguesias tinham na cidade de Lisboa, a de apostar no PRR e não fez nada, não fez nem o investimento na habitação. Sugeriu que fossem visitar a freguesia de Benfica para verem um investimento sério no PRR. Disse ainda haver poucas receitas e questionou o que se está a fazer para as aumentar. Deu o exemplo do Passeio Mistério e questionou porque não se cobra o passeio ou porque não se faz uma tabela de acordo com o IRS dos fregueses, dizendo que é algo que dá mais trabalho, mas também seria mais justo porque aqueles que realmente precisassem não pagariam nada e outros que até têm condições estariam a pagar segundo a tabela e o mesmo para o programa do Praia-Campo -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Pedro Monteiro (CDS-PP) que, no uso da palavra, relativamente aos fornecimentos e serviços externos disse ter sido feito um esforço grande de contenção e nota-se aqui, ao nível dos fornecimentos e serviços externos, mas existe uma reduçãozinha que já se vai sentindo. Disse que os gastos com o pessoal aumentaram, mas não aumentaram tanto como era suposto, até porque a massa salarial cresceu muito mais e, portanto, até foi muito comedido nesta matéria. Relativamente à transferência dos subsídios correntes vê-se que houve uma grande redução. Disse ter de se olhar para a freguesia com outros olhos porque se se olhar pela janela vimos um prédio a crescer, vemos um hospital a crescer e, a seu ver, temos de crescer também na mesma escala senão morre-se atrofiado. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Junta que, no uso da palavra, respondendo ao Senhor Luís Castro, disse se não conseguimos assumir as despesas com o NCP 27, seria muito mais difícil para ter o próprio PRR, pois isso acarreta elevados custos, é preciso ter um gabinete próprio para tratar de tudo isso, e nós, em Marvila, não temos condições. Aproveitou para dizer que não foram cinco milhões em Dois mil e dezassete, foram três milhões quase próximos quatro milhões, e de facto, ao longo dos anos, porque foi a política da Junta de Freguesia, apoiar e disse ficar muito feliz por hoje ver todas as forças políticas a apoiar as associações e estarem ao lado delas. Disse que desde Dois mil e dezassete a Junta tem vindo a apoiá-las e, até



hoje tem sido assim. Disse que em Dois mil e vinte e seis se teve de reduzir os apoios, mas considera haver aqui um equilíbrio. Disse que no que toca ao interesse da freguesia esta assembleia se deve unir mais e não tem dúvidas que se irá fazer o melhor. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor João Marrana (CDS-PP) que, no uso da palavra, que para quem não consegue arrumar a casa, não consegue apresentar as contas de uma forma conveniente, não tem perspectivas de futuro, não tem estratégia, não tem modelo a seguir, e que se limita a uma gestão avulsa das atividades, independentemente de reconhecer que tem muitas atividades e tem muito trabalho, mas ter muito trabalho e muitas atividades soltas não dá perspectiva, não dá futuro nem dá investimento. Disse ser fantástico dizer que as forças partidárias estão unidas por Marvila e, depois, há uma proposta para se ter uma reunião com os grupos comunitários e a resposta do é a de reprovar. Considera que que Marvila merece mais, e que esta Junta de Freguesia é pouquinha para uma freguesia com a dimensão de Marvila. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao senhor Presidente da Junta que, no uso da palavra, respondendo ao eleito João Marrana, disse que este é um grande orador e que conhece bem aquilo que o eleito faz na Câmara. Disse ainda que conhece aquilo que o eleito faz na área digamos social daqueles que precisam nos momentos mais difíceis. Disse entender que o eleito é um entendido em tudo na matéria. Desejou que o eleito se mantivesse assim tão conhecedor e inteligente, sublinhando que foi por isso que o eleito ganhou as eleições. -----

A Presidente da Assembleia colocou à votação o ponto cinco da Ordem do Dia - Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas prestação de contas do ano Dois mil e vinte e cinco. -----

Passada a votação, foram os documentos apresentados aprovados por maioria com NOVE votos contra (CINCO votos do CH, DOIS votos do CDS-PP, UM voto do PSD e UM voto do IL) e DEZ votos a favor (SETE votos do PS, DOIS votos do PCP e UM voto do BE). -----

A Presidente da Assembleia passou à apresentação do ponto SEIS (agora ponto TRÊS) da Ordem do Dia - Apresentação, Discussão e Votação da Primeira Alteração modificativa do Orçamento da freguesia de Marvila de Dois mil e vinte e seis-Deliberação nº332/2026 da junta de freguesia. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. José Martins (PCP) que, no uso da palavra, relativamente a este ponto, disse que a sua bancada está de acordo com a proposta que o Executivo apresentou. Considera que a verba apontada deve ser assim distribuída, dizendo que o executivo sabe a opinião da sua bancada para onde essas verbas são mais indicadas, incluindo os espaços verdes e o espaço público. Sugeriu que para situações como as apontadas se deveria criar uma espécie de piquete, uma equipa de serviços rápidos para arranjo de buracos em calçadas e outras coisas rápidas e pequenas. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente que, no uso da palavra, respondeu que existe uma equipa de intervenção rápida em pequenos e pontuais situações, grandes trabalhos é que teremos de nos



limitar à intervenção da Câmara. Disse ainda que com esta revisão orçamental se deixa uma “porta aberta”. para alguns protocolos e contratos desportivos, portanto, a nível do desporto, podermos ir juntamente olhando as necessidades. Disse ainda que nesta revisão orçamental, fica previsto também a compra de uma carrinha para a agenda urbana, para dar mais condições até às pessoas, e fica também previsto a compra de uma carrinha, para apoio social, visto que nós, neste momento, temos duas, estão as duas avariadas. ---- O Senhor Gustavo Aires (CH) solicitou a palavra para pedir esclarecimentos sobre um milhão de euros não estão consignados e quinhentos mil euros estão consignados e se está a incorporar um milhão e trezentos mil euros, questiona se há aqui uma parte do saldo de gerência que vai ter de ser alocado a qualquer coisa, ao que o senhor Presidente da Junta respondeu que os referidos quinhentos mil estão alocados aos CDC 's e não vão ser gastos de outra forma. Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia da Junta colocou o presente documento à votação. ----- Passada a votação, foram o documento apresentado aprovado por maioria com NOVE votos contra (CINCO votos do CH, DOIS votos do CDS-PP, UM voto do PSD e UM voto do IL) e DEZ votos a favor (SETE votos do PS, DOIS votos do PCP e UM voto do BE). ----- A Presidente da Assembleia passou então à apresentação do ponto Quatro da Ordem do Dia - Apreciação do inventário de bens, direitos e obrigações da freguesia à data de trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco, deliberação n.º 330/2026 da Junta de Freguesia. ----- A Presidente da Assembleia, colocou de seguida à apresentação o ponto sete da Ordem do Dia - Apresentação e Votação do Mapa de Pessoal para dois mil e vinte e seis passando a palavra ao Senhor Presidente da Junta para apresentação do ponto. ----- O Senhor Presidente da Junta, no uso da palavra, disse não haver alterações, a não ser a única alteração que é, a partir de um de fevereiro passamos a ter dois Chefes de Divisão, onde um chefe de divisão tem as áreas da cultura, desporto, educação e ação social e o outro chefe de divisão, tem administração e finanças. ----- A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Luís Castro (PSD) que, no uso da palavra, saudou o executivo porque ao longo de todos estes anos, a sua bancada fez pressão para que houvesse uma estrutura hierárquica completamente diferente. Disse também que estes cargos de Chefe de Divisão, ainda por cima estarem os dois presentes nesta Assembleia, para os quais muitos parabéns. Alertou-os que têm um trabalho bastante árduo pela frente, porque isto é bom salário a nível monetário, mas a nível de responsabilidade também é elevado. ----- Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou a presente proposta à votação. ----- Passada a votação foi a presente proposta aprovada por unanimidade. ----- A Presidente da Assembleia passou então ao ponto oito da Ordem do Dia - Submissão da Autorização para a Repartição de Encargos Plurianuais para os anos económicos de Dois mil e vinte e seis, Dois mil e vinte e sete, Dois mil e vinte e oito e Dois mil e vinte e nove e a emissão de autorização prévia para a



assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos no âmbito da abertura de um procedimento de consulta prévia para a aquisição de serviços de Telecomunicações para a junta de freguesia-Deliberação nº 337/2026 da junta de freguesia. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Junta que, no uso da palavra, esta autorização refere-se verdadeiramente aqui para a aquisição dos serviços de telecomunicações que, sendo contratado por três anos, torna-se mais barato para os dinheiros públicos. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Pedro Monteiro (CDS-PP) que questionou, sendo encargos plurianuais quanto tempo vai durar e qual o valor. -----

O Senhor Presidente da Junta, respondendo ao eleito, disse que a duração é de trinta e seis meses e o valor é entre vinte cinco e trinta mil euros. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou o presente documento à votação. -----

Passada a votação foi o presente documento aprovado por unanimidade. -----

A Presidente da Assembleia passou a apresentar o ponto dois da Ordem do Dia Votação das referidas Comissões: -----

- Comissão Eventual-Regimento da Assembleia de Freguesia;

- Comissão Permanente-Habitação, Desenvolvimento Social e Saúde;

- Comissão Permanente-Espaços Verdes, Higiene Urbana e Espaço Público;

- Comissão Permanente - Direitos Sociais e Humanos, Educação e Juventude;

- Comissão Permanente - Associativismo, Desporto e Cultura;

A Presidente da Assembleia esclareceu que este ponto é para aprovar a criação das Comissões apresentadas. -----

Não havendo intervenções a Presidente da Assembleia colocou a presente proposta à votação. -----

Passada a votação, foi a Comissão Eventual - Regimento da Assembleia de Freguesia aprovada por unanimidade. -----

Foi a Comissão Permanente - Habitação, Desenvolvimento Social e Saúde; aprovada por unanimidade. -----

Foi a Comissão Permanente - Espaços Verdes, Higiene Urbana e Espaço Público aprovada por unanimidade. -----

Foi a Comissão Permanente - Direitos Sociais e Humanos, Educação e Juventude aprovada por unanimidade. -----

Foi a Comissão Permanente - Associativismo, Desporto e Cultura aprovada por unanimidade. -----

A Presidente da Assembleia passou então ao ponto três da Ordem do Dia - Informação Escrita do Presidente relativa ao período de dezembro de dois mil e vinte e cinco a março de dois mil e vinte seis, deliberação 339/2026 da Junta de Freguesia. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Junta que, no uso da palavra, disse que houve o cuidado de melhorar a informação escrita, salientando que a intenção da Junta de Freguesia é melhorá-la ainda



mais. Salientou que, só no mês de março Duzentos e noventa e seis fregueses utilizaram o transporte solidário, dizendo que o número de fregueses espelhado na informação a nível mensal é uma das razões da compra da carrinha para o Transporte solidário. -----

A Presidente da Assembleia passou a seguir a palavra ao Senhor Luís Castro (PSD) que, no uso da palavra, deu os parabéns pela apresentação do referido documento porque temos uma informação escrita mais simples, mais comunicativa, mas, mas deixou a sugestão de reduzir o número de páginas pois na informação existem alguns espaçamentos sem necessidade e não é pela quantidade de páginas que se vê ou não a quantidade de trabalho. Considera que a informação está mais transparente e fácil de ler e também existem mais tabelas e mais gráficos que, a seu ver, é o que deve acontecer. Falou sobre a inauguração do Panda na rotunda, dizendo que o que ali se encontra é uma vergonha para a freguesia. Disse que a referida rotunda já era um perigo e que assim fica ainda um perigo maior. Salientou ainda que as pessoas andam na estrada porque ali não há passeios. De seguida falou sobre o pombal. Dizendo que através da Junta que se encontrou o espaço para o mesmo. Disse ter havido várias entidades envolvidas na referida situação e foi um erro completo. Sugeriu que o referido espaço poderia ser bom para os Motards de Chelas, para dar alguma utilidade ao espaço e, a seu ver, poderia ser até uma boa opção. Chamou a atenção para o estacionamento das escolas de condução cuja situação está cada vez pior. Disse que os instrutores das escolas de condução que supostamente deviam estar a ensinar os aprendizes a fazerem manobras como deve ser e em segurança que não é o que acontece, fazendo até manobras perigosas nas curvas. Disse ainda que a freguesia parece um parque para as escolas de condução. Disse ainda que a Junta deveria começar a tomar uma posição sobre esta situação. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao senhor Gil Poiares (IL) que, no uso da palavra, começou por relembrar a última informação escrita do Presidente, na qual fez uma pequena sugestão de que se devia começar a mesma com a visão do Presidente para a freguesia e eis que ao abrir esta Informação Escrita e esta começa justamente com uma introdução, com a visão do Presidente para a freguesia, algo que deve elogiar. Agradeceu terem aceitado a sua recomendação. Disse ainda não se ver qual a visão para a freguesia, mas considera que já é um começo e todo p começo é bem-vindo. Disse ter notado que na área da saúde foram feitas setenta e cinco consultas de Reiki, salientando que para quem não sabe o que é Reiki, é uma prática pseudocientífica que usa energias para curar doenças, considerando ser uma prática que carece de validade científica e que lhe faz muita impressão quando vê o dinheiro do erário público a meio de uma crise de saúde mental que afeta tantos jovens ser canalizada para práticas pseudocientíficas, quando poderia ser canalizado para termos mais um, mais dois psicólogos no Marvila Saúde. Disse ter percebido a redução dos transportes para o Passeio Mistério, questionou quais os indicadores para cada uma das atividades que a Junta de Freguesia realiza, ou seja, quais são os indicadores de impacto na comunidade, que indicadores é que fazem com que a Junta de Freguesia decida investir mais ou investir menos, largar a atividade ou começar uma nova. A seu ver, uma boa



A Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Senhor Pedro Monteiro (CDS-PP) que, no uso da palavra, elogiou a apresentação do documento considerando que o documento teve aqui um grande *upgrade* e que, de facto, meter no documento alguma execução do orçamento considera ser muito bom dizendo que assim se consegue ter pelo menos uma execução mais ou menos de cada trimestre. Considera que isto é muito importante. Considera ainda que o documento está como da noite para o dia sendo totalmente diferente, dizendo reconhecer o trabalho e não tem dúvidas que o documento dá muito mais informação do que o que dava antes. Relativamente ao Panda disse que não foi só o PSD que votou contra, o CDS-PP também o fez. Disse que, até para ser panda é preciso ter sorte, onde se calha. E, de facto, este veio logo calhar ali, onde nem sequer tem uma rotunda apropriada. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor João Marrana (CDS-PP) que, no uso da palavra, disse que o documento tem uma melhoria muito significativa e que demonstra muito trabalho, atrevendo-se a dizer que demonstra uma concentração maior e uma tecnicidade que se revê neste documento, e não será seguramente alheio a isso a reestruturação que a Junta tem vindo a fazer e a preocupação que tem tido em se organizar. Falou sobre o Circo e a aquisição de bilhetes para os fregueses, dizendo estar muito a tempo de se fazer um concurso público para este evento para não haver aquela confusão do final do ano passado. Disse ainda ter gostado de saber que de cinco a vinte de março foram registadas Cento e sessenta e cinco candidaturas de jovens para serem jovens monitores da ação Praia-Campo, salientando que isso é um indicador fortíssimo da vitalidade da freguesia de Marvila e da capacidade que Marvila tem, dizendo que muito lhe apraz verificar que estes jovens irão trabalhar na Praia Campo Jovem e Sénior, e que, a seu ver, existe na freguesia uma boa quantidade de jovens que querem colaborar com a sua freguesia e que poderia ser o ponto de partida para um Gabinete da Juventude. A Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Senhor Luís Figueiredo (PS) que, no uso da palavra, disse querer fazer um pequeno esclarecimento sobre aquilo que é o Reiki dizendo que em Dois mil e sete, foi considerado pela Organização Mundial de Saúde como uma terapia complementar, cabendo aos países nacionais poderem incluí-lo ou não nos seus programas de saúde. e só para esclarecer, porque o ser humano é energia e o Reiki trabalha com energias. Salientou que é apenas uma questão de estudar. -----

A Presidente da Junta Passou a palavra ao Senhor Luís Castro (PSD) que, no uso da palavra, disse congratular-se pelo novo site da Junta de Freguesia dizendo. que está muito melhor, mas ainda poderá ser melhorado. -----

A Presidente da Assembleia passou de seguida ao Senhor Presidente que, no uso da palavra, disse ao eleito Luís Castro (PSD) que tinha, como ele, a mesma opinião sobre o Panda. Relativamente ao pombal disse querer esclarecer que a Junta nunca recebeu ou nunca deu resposta, oficialmente nós nunca tivemos aqui nenhuma proposta para o pombal. Disse que pose ser consultado na Junta que nunca entrou nenhum mail, nem nada que dissesse, ou para respondermos, sobre o local do pombal. Salientou que quando iniciaram as obras a Junta se reuniu com os senhores dos pombais e ofereceu-se para lhes



pagar os materiais da obra noutro local para assim abandonarem aquele espaço. Mas reafirmou que a Junta nunca foi ouvida oficialmente sobre o local. Disse que sobre os estacionamento abusivos realizados pelas escolas de condução também considera vergonhoso e que traz algum perigo nas vias, mas que também tem a ver com o Centro de Exames estar sediado na Freguesia e os instrutores trazem os seus alunos para praticarem próximo deste centro. Sobre o site, disse que foi prometido na última Assembleia que se iria tratar disso e assim se fez. Sobre as sessões de Reiki, informou que o mesmo é utilizado até no IPO e de forma positiva e bons resultados. -----
Não havendo mais pedidos de intervenções, a Presidente da Assembleia da Junta passou ao ponto Nove da Ordem do Dia – Apresentação, discussão e votação quanto à autorização para a celebração dos protocolos de colaboração com as seguintes entidades: -----

- Protocolo de colaboração a celebrar com a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, para a criação e funcionamento de um Gabinete de Apoio à Vítima, destinado a todas as pessoas que procurem apoio ou informação relativamente à violência doméstica-Proposta nº 318/2026 da junta de freguesia; -----

- Protocolo de colaboração a celebrar com o Clube Futebol de Chelas para o ano de dois mil e vinte e seis -proposta n.º 336/2026, da junta de freguesia; A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Junta para apresentação do ponto. -----

O Senhor Presidente, no uso da palavra, disse que este protocolo com a APAV, é para a criação de um gabinete no espaço saúde. Cujá existência é fundamental e faz falta na nossa freguesia, sendo este apoio para pagar o que vai ser feito ali no espaço saúde e pelo técnico que irá atender no gabinete, considerando ser algo para ajudar as pessoas nos seus momentos mais difíceis. Aproveitou para dizer que a redução do número de autocarros acontece também porque existem outras áreas que também se tem de apoiar. Disse que o outro protocolo com o Clube de Futebol de Chelas, portanto é um protocolo que vai de facto para a colaboração, mais até para apoiar nas despesas que irão ter com os Santos Populares porque a freguesia em si não organiza nenhum evento deste tipo. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor João Marrana (CDS-PP) que, no uso da palavra, disse querer expressar a sua satisfação e dar os parabéns à Junta de Freguesia por ter avançado com a ideia de concretizar o protocolo com a APAV, declarando que é de facto uma associação de referência a nível nacional e absolutamente indispensável para dar apoio às pessoas que são vítimas de violência doméstica e de maus-tratos. de qualquer modo, a seu ver, considera que um balcão de atendimento só por si acaba por ser uma falsa sensação de segurança, embora seja importante. Disse saber que a rede social de Marvila é uma rede social forte, mas que é importante que a Junta assuma alguma liderança no acompanhamento das questões da saúde mental. Concluiu dizendo que ficou satisfeito com o que ouviu e pediu que se trabalhe de uma forma muito séria as questões da saúde mental ao que o senhor Presidente da Junta respondeu que iria hacer também técnicos para o trabalho referente à saúde mental. -----



A Presidente da Assembleia passou a palavra à Senhora Sara Canavezes (PCP) que, no uso da palavra, disse estar de acordo com o protocolo apresentado. Disse ser óbvio que não vai responder às questões de saúde mental da freguesia, nem pode, pois são questões completamente diferentes e distintas. Disse que a questão da saúde mental é muito importante na nossa freguesia, mas tem de ser trabalhada noutra área, nomeadamente, fazendo aqui algum trabalho com o Centro de Saúde de Marvila. Onde foi prometido no início uma série de valências e a psicologia na freguesia é muito importante, há outras sedes para a questão da saúde mental que não é este protocolo. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Luís Castro (PSD) que, no uso da palavra, disse que está de acordo com o protocolo da APAV, mas o outro protocolo deixa muito a desejar. Disse não saber se todos viram a fundamentação deste pedido de apoio para o Clube Futebol de Chelas na área da cultura com uma tabela com seis alíneas, a dizer que é a festa da criança, o baile dos Santos Populares, o aniversário do clube, a excursão à Golegã, a festa de São Martinho e a festa de Natal, e a Junta participa com oito mil euros. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Junta que, no uso da palavra disse que o apoio se destina a atividades até ao final do ano e relativamente ao arraial existem gastos como o policiamento, artistas e outros. -----

O Senhor Luís Castro (PSD) solicitando a palavra e pedindo desculpa por interromper, disse que aquilo que foi apresentado não é um plano de atividades concluindo que, para a Junta, basta um e-mail com uma tabela com seis alíneas e está tudo bem, ao que o Senhor Presidente da Junta respondeu que o eleito conhece bem a coletividade como conhecemos todos o trabalho que eles fazem e que é um trabalho muito interessante, dizendo que só nos arraiais como sabe o eleito, que isso custa muito dinheiro para ter artistas aquelas bandas nos santos populares e ali é uma zona onde, de facto, o arraial tem sucesso tem muita gente e considera que é uma maneira de contribuir também para isso. -----

A Presidente deu a palavra ao Senhor Nuno Sousa (CH), que, no uso da palavra, disse que a sua bancada está de acordo com o protocolo referente à APAV porque considera que é necessário haver um local que apoie as vítimas quando elas necessitam. Em relação ao outro protocolo com o Clube Futebol de Chelas, e uma vez que este apresenta um plano anual de atividades vão votar favoravelmente apesar de não concordarem com a verba que é um pouco exagerado, deveria ser um pouco menos, mas, como tem um programa, irão votar favoravelmente. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor João marrana (CDS-PP) que, no uso da palavra, disse que entende que o executivo goste desta associação e do seu trabalho e que se se for a ver oito mil euros até não é muito, mas existem regras de profissionalismo w a seu ver, a Junta deveria impor essas regras para ser respeitada. Frisou que nada tem a ver com as pessoas, mas com regras de funcionamento. Salientou que se exige uma série de documentação e, de repente vem uma folha Excel, uma tabela que passa por isto tudo por se conhecer as pessoas que são válidas e fazem um trabalho



fantástico, tudo bem, mas lembrou que não se está a lidar com a, mercearia da esquina, é uma Junta de Freguesia. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Gil Poiares (IL) que, no uso da palavra, disse que o plenário e o executivo já chegaram à conclusão de que é preciso haver critérios palpáveis e criteriosos para a atribuição de fundos, questionando qual foi o critério para a atribuição deste dinheiro. Salientou que dizer conhecer o trabalho que fazem, nada é menos rigoroso que isso, ao que o Senhor Presidente da Junta respondeu que o referido clube tem toda a documentação solicitada e que nos foi enviada e está em poder da Junta. Não havendo mais nenhum pedido de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou os documentos apresentados à votação. -----

Passada a votação, foi o, protocolo de colaboração a celebrar com a APAL. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima aprovado por unanimidade. -----

Passada a votação foi o protocolo de colaboração a celebrar com o Clube de Futebol de Chelas aprovado por maioria com QUATRO votos de abstenção (DOIS votos do CDS-PP, UM voto do PSD e UM voto da IL). E QUINZE votos a favor (SETE votos do PS, CINCO votos do CH, DOIS votos do PCP e UM voto do BE). ---- Interpelando a mesa o Senhor João Marrana (CDS-PP) solicitou fazer uma declaração de voto oral. Disse que o CDS-PP se absteve nesta votação, não porque não seja meritório o apoio à associação, mas pela falta de profissionalismo da Junta na exigência dos documentos a entregar. -----

O Senhor Luís Castro (PSD) fez também uma declaração de voto oral, dizendo que a sua bancada nada tem contra a instituição, bem pelo contrário, mas a verdade é que a proposta que veio à Assembleia de Freguesia de Marvila no dia vinte e sete de abril não tinha a documentação que é exigida no Regulamento de Apoio da Junta de Freguesia de Marvila. -----

A Presidente da Assembleia passou ao ponto Dez da Ordem do Dia - Apresentação, discussão e votação quanto à autorização para a celebração do contrato de programa de desenvolvimento desportivo com a Associação de Atletismo de Lisboa para o ano de dois mil e vinte e seis e aprovação da respetiva minuta proposta 335/2026 da Junta de Freguesia, passando a palavra ao Senhor Presidente da Junta para apresentação do referido ponto..-

O Senhor Presidente da Junta, no uso da palavra, disse que todos os anos a Junta realiza uma prova de atletismo, o *Marvila Run*, que é realizado na zona ribeirinha de Lisboa, sendo já uma prova com muita tradição. Por isso foi feito este contrato programa de desenvolvimento desportivo para esta atividade. Disse ainda que é um dia de festa do desporto em Marvila e na zona ribeirinha. Informou também que, na mesma altura, é realizado na mesma zona o Campeonato Regional de Estrada da Associação de Atletismo de Lisboa sendo um grande dia para o atletismo, em que a própria associação realiza também aqui neste espaço o Campeonato Regional de Estrada. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao senhor Gil Poiares (IL) que, no uso da palavra, disse que na última sessão de aprovações de contratos de programa, houve uma reclamação que a documentação era insuficiente, na sessão seguinte, a Junta disponibilizou mais documentação, nomeadamente os formulários dos programas de desenvolvimento desportivo e salientou que, a



seu ver, está-se a aprovar o mesmo tipo de contrato com menos informação do que se tinha para os outros contratos que foram aprovados na última sessão. - A Presidente da Assembleia passou a palavra ao senhor Luís Castro (PSD) que, no uso da palavra, disse que era só para ficar bem explícito que agora existe uma associação com a Junta de Freguesia de Marvila, desenvolve uma atividade, tem um protocolo desportivo para desenvolver uma atividade no dia trinta de maio na área do atletismo. Frisou que mais uma vez houve falha na apresentação dos documentos que é exigida pelo Regulamento de Atribuição de Apoios e que vamos votar aqui. -----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Junta que, no uso da palavra, esclareceu que a documentação foi enviada, mas, se for necessário chegará às bancadas. -----

A Presidente da Assembleia colocou então à votação o documento à discussão. Passada a votação, o presente documento foi aprovado por maioria com NOVE votos de abstenção (CINCO votos do CH, DOIS votos do CDS-PP, UM voto do PSD e UM voto do IL) e DEZ votos a favor (SETE votos do PS, DOIS votos do PCP e UM voto do BE). -A Presidente da Assembleia, no uso da palavra, relativamente ao esclarecimento da multimédia, disse que a Junta de Freguesia não tinha nenhum regulamento de multimédia, o qual neste momento, com o RGPD é obrigatório. Disse ainda que considerando que esse regulamento de multimédia tem que se colocado para consulta pública, dos fregueses, tem de ser, portanto, executado. Informou que neste momento o mesmo está a ser trabalhado e, quando concluído, será dada a informação aos eleitos. Informou ainda que, como neste momento, esse regulamento não existe e já houve freguesias que foram penalizadas, passaremos a fazer única e simplesmente todas as assembleias de freguesia online, no site da Junta de Freguesia, deixando de existir quando a assembleia terminar. Interpelando a Presidente da Assembleia, o Senhor Luís Castro (PSD). disse que o assunto é muito discutível uma vez que sabe que muitas Juntas têm as reuniões da Assembleia em exposição, bem como as reuniões da Assembleia Municipal, ao que a Presidente da Assembleia sugeriu ao eleito debruçar-se sobre o assunto e na próxima Assembleia falar sobre isso, o Senhor Luís Castro (PSD) sugeriu também não se apaga o histórico de algo por se achar algo que não é verdadeiro e não se tome uma decisão sem ter a certeza daquilo que estamos a fazer. -----

----- PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES -----

Das deliberações do Órgão, que tinham eficácia externa, foram dadas publicidade, através de edital, afixado no edifício sede da Freguesia, durante cinco dos dez dias subsequentes à data da tomada das deliberações em minuta. -----

A Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, eram Zero horas e zero minutos, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Presidente da Assembleia, pela Primeira-Secretária e pela Segunda-Secretária. -----

O Presidente da Assembleia 



A Primeira- Secretária

Maria Jibson F. Durkin

A Segunda-Secretária

Maria Custódia Martins
